

ESTUDOS

Estados Brasileiros

Paraíba



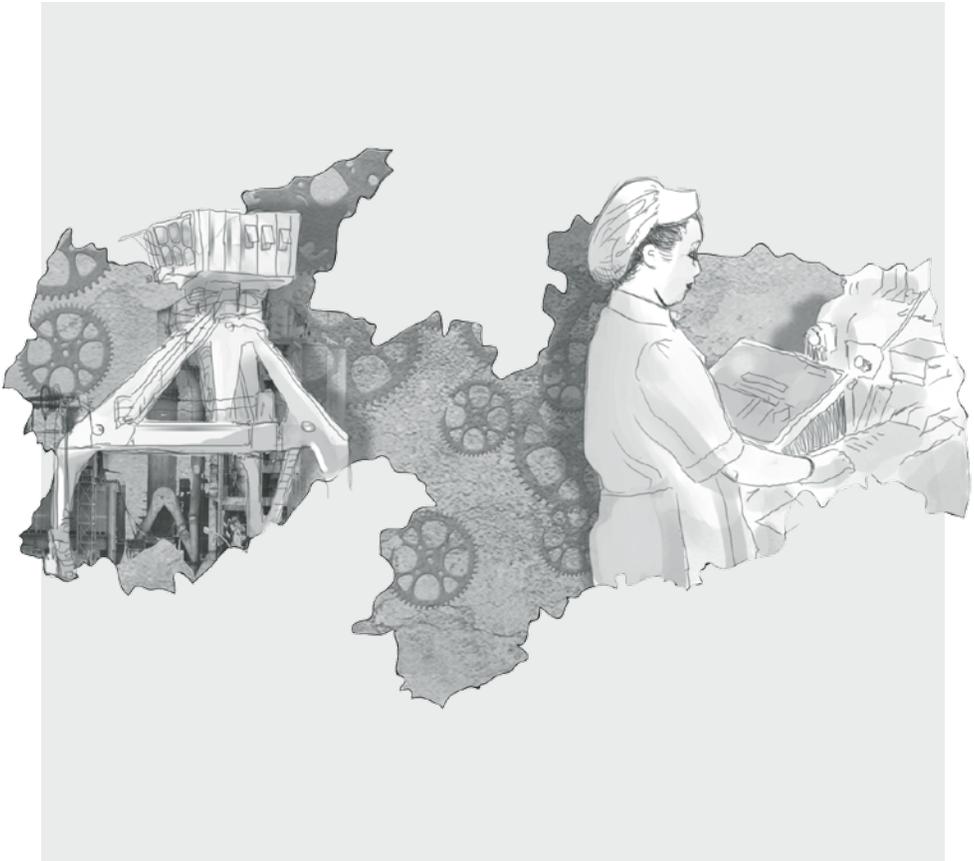
RODRIGO FREIRE DE CARVALHO E SILVA
ORG.

ESTUDOS

Estados Brasileiros

Paraíba

2000-2013



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

2014

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

DIRETORIA

Presidente: Marcio Pochmann

Vice-presidenta: Iole Ilíada

Diretoras: Fátima Cleide e Luciana Mandelli

Diretores: Kjeld Jakobsen e Joaquim Soriano

Coordenação da coleção Projetos para o Brasil

Fátima Cleide

Colaboração

Kjeld Jakobsen

EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Coordenação editorial: Rogério Chaves

Assistente editorial: Raquel Maria da Costa

Preparação e revisão: Miguel Yoshida

Coordenação e organização: Rodrigo Freire de Carvalho e Silva

Projeto gráfico e diagramação: Caco Bisol Produção Gráfica Ltda.

Ilustração de capa: Vicente Mendonça

Direitos reservados à Fundação Perseu Abramo

Rua Francisco Cruz, 234 – 04117-091 São Paulo - SP

Telefone: (11) 5571-4299 – Fax: (11) 5573-3338

Visite a página eletrônica da Fundação Perseu Abramo: www.fpabramo.org.br

Visite a loja virtual da Editora Fundação Perseu Abramo: www.efpa.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P222 Paraíba 2000-2013 / Rodrigo Freire de Carvalho e Silva, org. – São Paulo :
Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.
85 p. : il. ; 23 cm – (Estudos Estados Brasileiros)

Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-7643-259-3

1. Paraíba - Política. 2. Paraíba - Economia. 3. Paraíba - Investimentos públicos. 4. Paraíba - Aspectos sociais. 5. Paraíba - Administração pública.
I. Silva, Rodrigo Freire de Carvalho e. II. Série.

CDU 32(813.3)
CDD 320.981

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 10/1507)

SUMÁRIO

- 5** APRESENTAÇÃO
- 9** INTRODUÇÃO
- 13** PARAÍBA: UM POUCO DE ESPAÇO E HISTÓRIA
- 17** DINÂMICA POPULACIONAL
- 21** SITUAÇÃO SOCIAL
- 27** ECONOMIA E ESTRUTURA PRODUTIVA
- 43** POLÍTICAS SOCIAIS E QUALIDADE DE VIDA
- 51** INFRAESTRUTURA
- 55** CONDICIONANTES AMBIENTAIS
- 59** VIOLÊNCIA
- 61** GESTÃO PÚBLICA ESTADUAL
- 65** POLÍTICA LOCAL
- 77** CONCLUSÃO
- 83** REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APRESENTAÇÃO

Uma das características dos governos neoliberais que assolaram o Brasil durante a década de 1990 foi a privatização do estado e a centralização da política, bem como das diretrizes da gestão pública em mãos do governo federal em contradição com o federalismo previsto na Constituição da República. Desta forma, transformaram nossos entes federativos, estados e municípios, em meros executores das diretrizes emanadas do poder executivo sediado em Brasília.

As consequências dessas medidas foram graves no tocante à perda de recursos e de instrumentos de planejamento e promoção do desenvolvimento regional e estadual. Além disso, dezenas de empresas públicas do setor financeiro, energia, comunicações, transportes e saúde locais foram privatizadas com visíveis prejuízos aos direitos dos cidadãos dos 26 estados e do Distrito Federal de receber atendimento por meio de serviços públicos acessíveis e de qualidade.

O Projeto Estados, promovido pela Fundação Perseu Abramo, visa enfrentar estes desdobramentos do período neoliberal ao reunir e interpretar uma série de dados de cada um dos estados brasileiros e do Distrito Federal para levantar os principais problemas, potencialidades e desafios na metade da segunda década do século XXI, bem como embasar os programas de governo dos candidatos e das candidatas do Partido dos Trabalhadores ou das coligações que o PT eventualmente venha a participar na disputa das eleições para governador/a em 2014.

O conteúdo dos estudos incluem indicadores gerais e análise de cada estado e de suas dimensões sub-regionais, bem como propostas de soluções dos problemas identificados, além de apontar para um modelo de desenvolvimento e agenda decorrente. Desta forma, os indicadores de cada estado incluem demografia; situação social; balanço das políticas sociais; economia, infraestrutura e estrutura produtiva do estado; condicionantes ambientais; análise da capacidade de gestão pública local; impactos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o quadro político local. Estas informações também alimentarão um banco de dados que deverá ser atualizado periodicamente para permitir o acompanhamento e aprofundar a análise da evolução dos desenvolvimentos estaduais e da eficácia das respostas implementadas para solucionar os problemas detectados.

Percebemos por meio destes estudos como um primeiro elemento que há uma evolução positiva na situação social e econômica nos estados brasileiros devido às políticas implementadas pelos governos Lula e Dilma. Entretanto, verificamos também que naqueles estados onde o PT e aliados governam proporcionando sinergia entre as iniciativas federais e estaduais houve avanço maior e mais acelerado do que naqueles governados pela direita.

Este trabalho foi coordenado em cada um dos estados por especialistas que atuam no meio acadêmico ou em instituições de pesquisa locais e que na maioria dos estados puderam contar com a colaboração de vários companheiros e companheiras mencionados em cada um dos estudos publicados.

Nossos profundos agradecimentos aos coordenadores e colaboradores desta coletânea de dados e análises e esperamos que sejam úteis para a ação de nossos militantes que pretendem enfrentar o desafio de promover as transformações necessárias em direção ao desenvolvimento sustentável e à justiça social em cada um dos rincões do Brasil.

Boa leitura!

*A Diretoria
Fundação Perseu Abramo*

PARAÍBA 2000-2013

RODRIGO FREIRE DE CARVALHO E SILVA
ORG.

ESTUDOS

Estados Brasileiros

INTRODUÇÃO

Este relatório apresenta e debate a realidade socioeconômica da Paraíba após a primeira década do século XXI, período de importantes transformações no país, durante os governos do presidente Lula e da presidenta Dilma. Neste período o Brasil conseguiu compatibilizar crescimento econômico, controle da inflação e diminuição do endividamento público com um inédito grau de redução da pobreza, de crescimento do mercado de trabalho formal e do poder de compra da massa trabalhadora. Diminuíram ainda as disparidades regionais, e diversas cidades médias do interior do país passaram a vivenciar um novo ciclo de progresso. As regiões Norte e Nordeste cresceram em níveis superiores à média nacional, muitas vezes invertendo o tradicional sentido histórico do movimento migratório. Os indicadores básicos de saúde, bem como de acesso à educação, apresentaram melhora superior à observada na década anterior.

As opções de políticas públicas definidas pelos governos de Lula e de Dilma, centradas no crescimento soberano da economia brasileira e na redução da pobreza, contribuíram para este cenário. É certo que um cenário internacional favorável, alavancado sobremaneira pelos preços das *commodities* e pelo aumento da demanda por produtos brasileiros, teve papel considerável para o crescimento da economia nacional. Mas, a mudança dos rumos políticos inaugurada por estes dois governos cumpriu seu papel para o aproveitamento das oportunidades abertas.

Em matéria de comércio internacional, por exemplo, destaque-se a atenção dada pelo governo brasileiro à diversificação dos mercados consumido-

res com foco, particularmente, nos países em desenvolvimento, sem contudo abandonar a relação com mercados mais tradicionais. Cresceram em participação na balança comercial brasileira, em especial, os BRICS e os países da América do Sul, mas também os da África, além da Alemanha, Holanda e Coreia do Sul. O Brasil ficou menos dependente do comércio com a União Europeia e, sobretudo, com os Estados Unidos.

Mas foram as políticas federais para o fortalecimento do mercado interno e as políticas sociais redistributivas que mais impactaram a redução da pobreza e a melhoria da condição de vida da maioria da população, como a ampliação do acesso ao crédito, a valorização real do salário-mínimo, o Bolsa Família e – principalmente a partir de 2006 – a retomada do papel do Estado como investidor em grandes obras públicas de infraestrutura, além de equipamentos públicos para educação e saúde. O BNDES e os demais bancos públicos voltaram ao seu papel de financiadores do desenvolvimento. Em conjunto, estas iniciativas incentivaram o crescimento da economia, impulsionado, sobretudo, pelo consumo e pela ampliação do setor de serviços, gerando uma escalada de formalização do trabalho e de redução da pobreza. Como resultado, a crise econômica que atingiu o mundo capitalista desenvolvida em 2008 não encontrou o mesmo ímpeto no Brasil, que segue crescendo – ainda que em níveis mais lentos desde aquele ano, e apesar do resultado negativo de 2009 – e gerando empregos. Segundo dados do Ministério do Trabalho e do Emprego (2013e), a taxa de desemprego no Brasil foi de 5,5% em 2012; no mesmo ano, estas taxas atingiram 10,5% na União Europeia e 8,1% nos Estados Unidos.

Entretanto, a concentração de renda no país ainda é uma das mais altas do mundo, tendo caído em ritmo mais lento que as taxas de pobreza. A qualidade dos serviços públicos de educação e saúde básicas ainda é inadequada a um Estado democrático, e a vida nas cidades se deteriora a cada dia. As manifestações de junho de 2013 foram motivadas, sobretudo, por este cenário. A reconstrução do espaço público brasileiro efetivando os direitos da cidadania garantidos pela Constituição de 1988 – se é uma tarefa pendente do Estado brasileiro – carece de o fortalecimento da capacidade estatal de aplicação de políticas públicas, o que demanda um esforço fiscal superior ao atual. Uma reforma tributária que refinance o Estado e se fundamente pelos princípios da progressividade e da justiça redistributiva é fundamental para a desconcentração da renda e para a construção de uma nova situação de bem-estar social no Brasil. A mudança operada nos últimos dez anos, portanto, se foi muito importante e representa uma inflexão histórica, ainda está longe de ser uma tarefa concluída.

Como esta década pode ser percebida nos distintos estados da federação? Buscando atender a este questionamento, o presente artigo se debruça sobre a evolução da realidade socioeconômica da Paraíba durante o período de transformações representado pelos governos de Lula e Dilma. Dentre os estados da região Nordeste, a Paraíba é um dos mais desfavorecidos em termos econômicos e sociais. Os problemas nacionais relacionados à pobreza e à concentração de renda, que são graves em todo o país, aqui tendem a ser ampliados. Pensando sobre a Paraíba, estamos tratando de um estado que ocupa uma posição periférica na periferia brasileira, o Nordeste.

Neste artigo, analisaremos dados relativos à dinâmica populacional da Paraíba que evidenciam um cenário de intensa urbanização e concentração populacional nas regiões mais ricas do estado; a evolução da economia paraibana, sobretudo o crescimento do PIB, do PIB *per capita* e a participação dos segmentos econômicos e das regiões do estado na atividade econômica; a atuação do governo federal no estado, particularmente através do PAC; a redução da pobreza e da concentração de renda, o impacto das políticas sociais e a dinâmica do mercado de trabalho; os indicadores de acesso a serviços urbanos, de educação e saúde, além da escalada da violência na última década. Começamos, entretanto, com uma breve reflexão de um ponto de vista do seu desenvolvimento histórico.

PARAÍBA: UM POUCO DE ESPAÇO E HISTÓRIA

O estado da Paraíba está localizado no Nordeste brasileiro, região historicamente marcada pelo seu subdesenvolvimento e por um alto e persistente nível de pobreza, convivendo com um igualmente elevado grau de concentração de renda. O Nordeste também se caracteriza por sua natureza diversificada, mas com predominância do clima semiárido¹, com seus períodos de longa estiagem e dificuldade de acesso à água, tornando mais difíceis as condições de vida. Segundo dados da Agência de Gestão das Águas da Paraíba (Aesa), em fevereiro de 2014, o volume total de água nos reservatórios do estado correspondia à apenas 25,85% da capacidade instalada². A descrição do mestre paraibano Celso Furtado confere ao problema sua real dimensão dramática:

“o clima da região é extremamente peculiar: a chuva chega em quantidade relativamente grande (para uma região semiárida) e em época precisa, provocando brusca metamorfose no mundo exterior. Mas a vinda da chuva é incerta, e entre a abundância e a mais total miséria a distância é mínima, dependendo de um golpe da fatalidade.” (Furtado, 2013: 36)

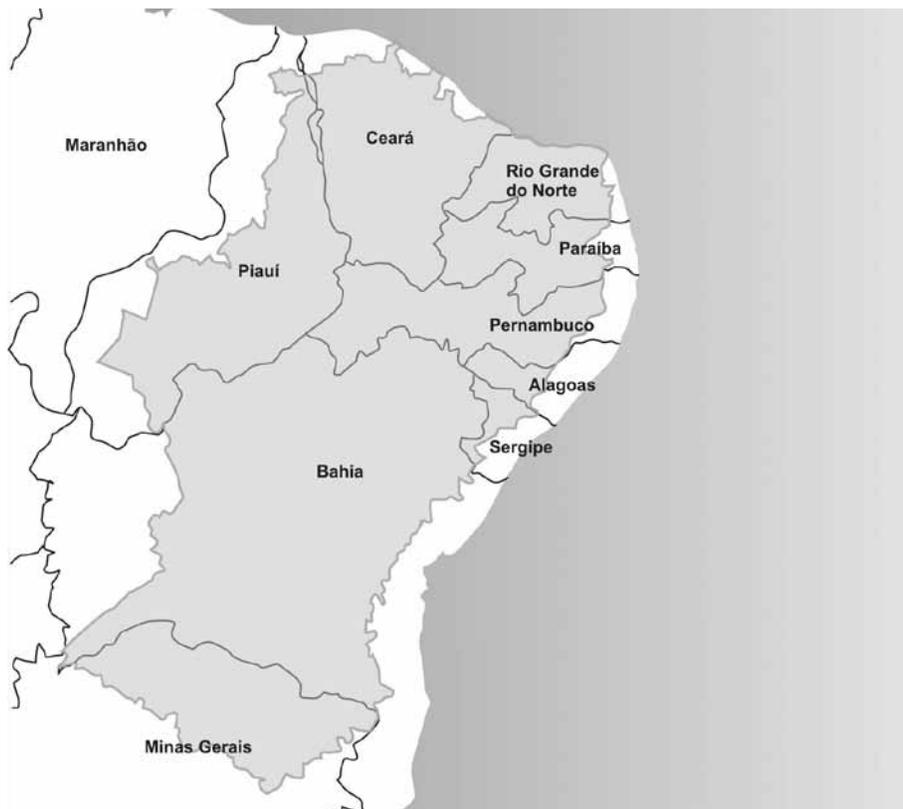
Na Paraíba, o espaço geográfico do semiárido abrange 86,2% do território, ou 170 dos seus 223 municípios. Das quatro mesorregiões do estado

1. Segundo o Instituto Nacional do Semiárido (2012), 56,46% do território da região Nordeste está localizado no semiárido.

2. Informação disponível em www.aesa.pb.gov.br.

Mapa 1

Região do semiárido nordestino



Fonte: BNB/ETENE/CIEST.

(Mata Paraibana, Agreste, Borborema e Sertão)³, só a primeira está fora do semiárido. Entretanto, apenas 55,55% da população paraibana vive no semiárido, cuja densidade demográfica é de 42,99 habitantes/km², o que parece irrisório face aos 214,84 habitantes/km² na porção do estado localizada fora do seu espaço (INSA, 2012).

Tal disparidade na densidade demográfica é proporcional ao nível da distribuição espacial da riqueza na Paraíba. A região geoadministrativa de João Pessoa, polarizada pela capital do estado e localizada na mesorregião da Mata Paraibana, concentrava 49,15% do PIB estadual de 2009 (Ideme, 2011), situação agravada nas últimas décadas. A proporção do PIB estadual concentrado

3. Além dessas quatro mesorregiões, a Paraíba encontra-se subdividida em 14 regiões geoadministrativas e 23 microrregiões (Ideme, 2011).

na Mata Paraibana passou de 41,7% em 1970 para 53,4% em 2009. Da mesma forma, o percentual de paraibanos residentes nesta região – que ocupa apenas 9,3% do território estadual – passou de 24,2% em 1970 para 36,8% em 2009 (Polari, 2012). Trata-se de um *script* histórico semelhante ao observado no Brasil na segunda metade do século XX, no qual um modelo concentrado de industrialização acentuou os padrões nacionais de desequilíbrio regional, provocando um conseqüente fluxo migratório para as regiões industrializadas do país, que, por sua vez, provocou uma situação de desestruturação urbana. Não à toa, nos últimos anos os problemas relacionados à urbanização desordenada em João Pessoa cresceram em escala geométrica; mencione-se entre eles o aumento dos aglomerados subnormais, da violência, dos engarrafamentos e a insuficiência do transporte público, como veremos.

A Paraíba é um dos estados de mais antiga ocupação no Brasil. Sua capital, João Pessoa, foi fundada em 1585 após os invasores portugueses derrotarem os índios Potiguara, ocupantes originais do território. Tal ocupação se deu para efetivar o decreto que criara a “Capitania da Parahyba” uma década antes, a primeira num cenário de capitânicas hereditárias, com o propósito de garantir o controle português sobre o território frente à presença francesa na região que hoje constitui o litoral norte do estado. Expulsar os franceses, portanto, era fundamental para garantir o monopólio português sobre a produção e o comércio da cana-de-açúcar.

O primeiro núcleo da cidade foi estrategicamente fundado pouco acima das margens do rio Sanhauá, afluente do rio Paraíba que deságua no Oceano Atlântico. O rio Paraíba banha boa parte do estado, particularmente a Mata Paraibana, espaço dos engenhos, hoje ocupada pelas usinas remanescentes. Onde o rio Sanhauá se encontra com o mar – atualmente, na cidade de Cabedelo – foi construída uma fortificação militar ainda no final do século XVI. A ocupação da Paraíba, nestes termos, foi uma empreitada militar fundamental na estratégia econômica portuguesa para o Nordeste brasileiro, pois, ao tempo em que garantia a segurança dos engenhos já instalados nas capitânicas de Pernambuco e Itamaracá, abria uma nova fronteira, ao norte, para a monocultura do açúcar. A Paraíba, portanto, nasceu no litoral e na Mata Paraibana sob o signo do latifúndio monocultor e exportador, até hoje remanescente.

A ocupação do interior iniciou-se no século XVII com vistas à pecuária, atividade que não poderia disputar espaço com a cana-de-açúcar. Posteriormente, outras culturas foram introduzidas no sertão paraibano, com destaque para o algodão – impulsionado pela nova indústria têxtil capitalista – ainda no século XIX, sobrevivendo como atividade importante até entrar em crise, nos anos 1980. Campina Grande, a segunda maior cidade do estado e uma

das principais do interior do Nordeste, foi fundada no final do século XVII numa localização estratégica o suficiente para lhe tornar um entreposto entre o sertão e a região litorânea do estado, consagrando assim um perfil comercial até hoje ostentado. Também pela sua localização, esta cidade servia de polo de ligação com Recife, por cujo porto era exportada a maioria das mercadorias produzidas na Paraíba. Mas Campina Grande também se destacou pelo beneficiamento e exportação do algodão já beneficiado – o “ouro branco”. Com a fundação da sua “Escola Politécnica” nos anos 1950⁴, ela passou a desenvolver uma forte cultura científica na área de tecnologia da informação, sendo conhecida hoje como uma das cidades mais inovadoras do país.

Até os anos 1950 a industrialização paraibana era residual, concentrada em Campina Grande e, principalmente, em João Pessoa, e em municípios do seu entorno, como Santa Rita e Rio Tinto. O cientista político francês Jean Blondel (1994), em seu clássico estudo sobre a vida política da Paraíba dos anos 1950, apresentou o espaço industrial dessas duas últimas cidades como “ilhas” dentro de um estado majoritariamente rural, marcado pela influência dos chefes políticos e pelas mazelas do analfabetismo e da migração. Entretanto, a industrialização da Paraíba ganhou impulso a partir dos anos 1960, com a criação dos distritos industriais de João Pessoa e Campina Grande, com os recursos oriundos de financiamentos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Mesmo assim, tratava-se de uma indústria de baixa diversificação e inovação. A Paraíba também vivenciou, a partir dos anos 1970, um processo de aceleração da urbanização, com destaque para o crescimento de João Pessoa, com o conseqüente aumento do número de aglomerados subnormais.

4. Hoje incorporada à Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

DINÂMICA POPULACIONAL

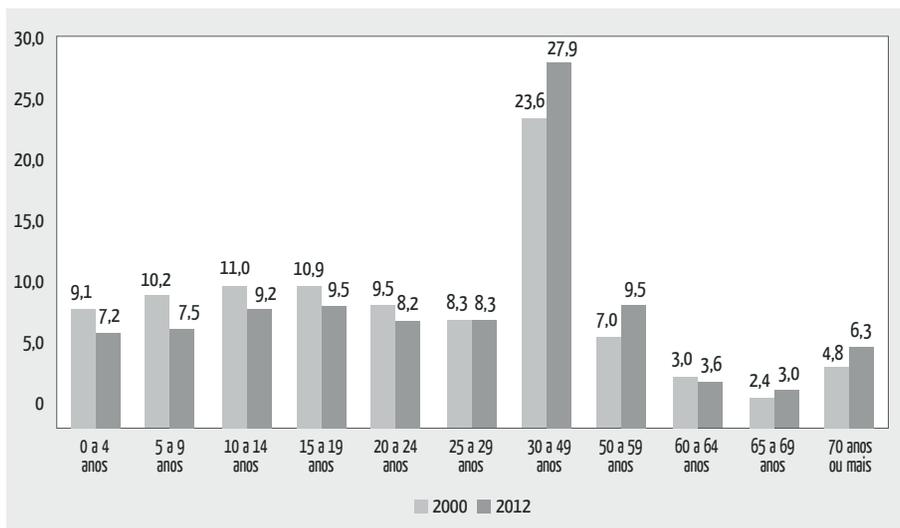
CARACTERIZAÇÃO GERAL

A população da Paraíba, em 2010, era de 3.766.834 habitantes (Ideme, 2011), equivalente a 6,51% da população nordestina e a menos de 2% da população brasileira. As mulheres representam 51,56% da população paraibana, ante 48,44% de homens o que deixa evidente a maioria feminina. Quanto à distribuição racial, a maior parte da população se declara parda (52,74%), seguida dos brancos (39,80%) e, à maior distância, dos negros (5,65%), amarelos (1,29%) e indígenas, este último grupo com população de apenas 19.149 indivíduos, equivalentes a 0,51% da população do estado (idem). Os indígenas da tribo Potiguara habitam, principalmente, reservas no litoral norte paraibano, próximo à fronteira com o Rio Grande do Norte, em municípios como Marcação e Baía da Traição. No litoral sul do estado – região marcada pela pressão industrial e imobiliária – um grupo vem reivindicando, nos últimos anos, seu reconhecimento como índios Tabajara, visando a demarcação de terras. Essa reivindicação tem gerado diversos conflitos, como exemplo, pode-se mencionar o ocorrido entre os indígenas e uma importante indústria de cimento⁵.

COMPOSIÇÃO ETÁRIA

O Gráfico 1 apresenta a evolução da composição da população paraibana segundo faixas etárias, entre 2002 e 2012.

5. "Índios Tabajara fazem retomada de seus territórios na Paraíba". Disponível em : www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&action=read&id=5945. Acesso em 15 dez. 2013.

Gráfico 1**Paraíba – Distribuição da população residente, por idade (em%)
2002-2012**

Fonte: IBGE.

A partir da análise dos dados acima apresentados, podemos afirmar que a Paraíba, tal como ocorrido no conjunto do país na última década, tem experimentado uma transição demográfica no sentido de um envelhecimento da sua população. Todas as faixas etárias acima dos 30 anos de idade apresentaram aumento proporcional entre 2002 e 2012; por outro lado, as inferiores aos 30 anos diminuíram proporcionalmente no mesmo período. Nestes termos, as crianças, que representavam 30,35% em 2002, passaram a 23,9% em 2012; os jovens, que eram 28,81% dos paraibanos em 2002, passaram para 25,8% em 2012; já os adultos ampliaram sua participação proporcional de 30,67% em 2002 para 37,4% em 2012, e os idosos ampliaram sua participação de 10,17% para 12,9%, respectivamente⁶. Este fenômeno está relacionado não apenas com a diminuição da taxa de natalidade, como também com o aumento da expectativa de vida, relacionada à melhoria do acesso à saúde e aos alimentos (o que pode ser percebido como um possível reflexo da intensificação das políticas públicas de segurança alimentar no período).

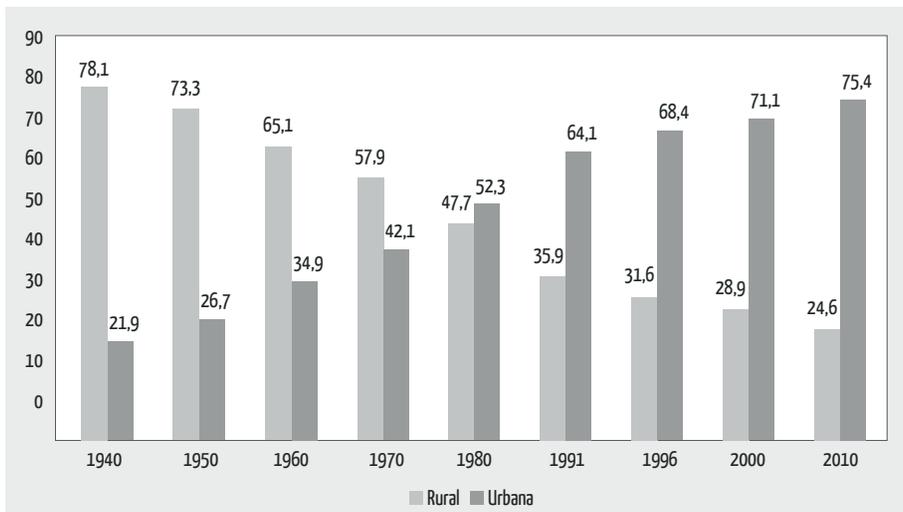
6. Estamos trabalhando com os critérios estabelecidos pelo "Estatuto da Juventude" (Lei Nº 12.852, de 5 de agosto de 2013), que considera "jovens" as pessoas entre 15 e 29 anos, e pelo "Estatuto do Idoso" (Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003), que considera "idosos" as pessoas com idade igual ou superior aos 60 anos.

COMPOSIÇÃO URBANA E RURAL

Ainda de acordo com o Ideme (2011), 75,37% da população paraibana vivem na zona urbana, ante 24,63% na zona rural. A Paraíba apresenta um índice de 73,10% de urbanização, grau superior ao do conjunto da região Nordeste, mas bem inferior ao observado no Brasil cujo índice, em 2010, era de 84,40%, segundo dados do Datasus⁷. Acompanhando a tendência do conjunto do país, a Paraíba inverteu sua posição de um território majoritariamente rural, observado até os anos 1970, para o atual cenário de urbanização. Se em 1940 a população rural representava 78,1% dos paraibanos, em 2010 a situação se inverteu com 75,4% vivendo na zona urbana. O Gráfico 2 expressa visualmente esta transformação.

Gráfico 2

Paraíba – População urbana e rural (em%)
1940-2010



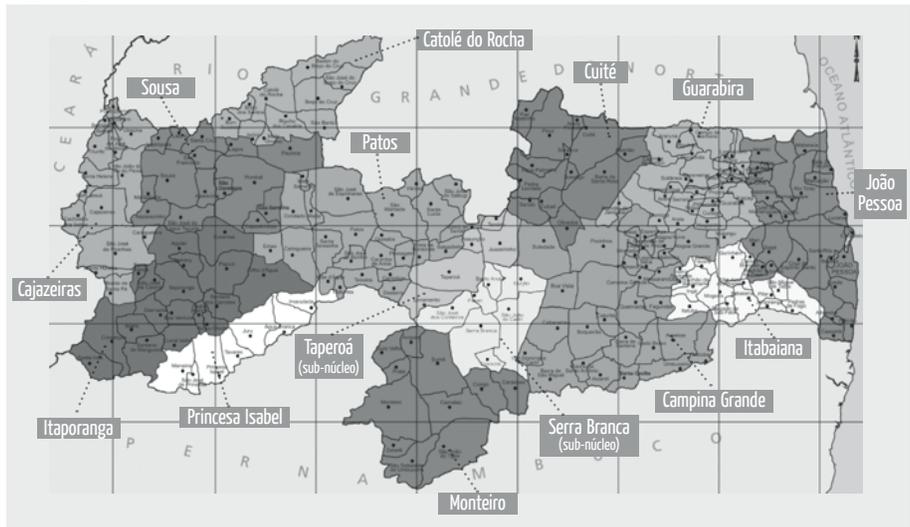
Fonte: Dieese - Anuário dos Trabalhadores - Sistema de Consulta.

A urbanização da Paraíba veio acompanhada pelo aumento da densidade populacional nas áreas mais ricas do estado, notadamente, as regiões geo-administrativas de João Pessoa e Campina Grande, que concentram, respectivamente, 31,57% e 22,34% dos paraibanos. Apenas a capital João Pessoa, que reúne 19,21% da população estadual, teve um aumento populacional de 21% entre 2000 e 2010, ante uma elevação de 9,4% na Paraíba no mesmo período (Ideme, 2011). Ver Mapa 2, na página seguinte.

7. Disponíveis em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibd2011/matriz.htm>.

Mapa 2

Regiões geoadministrativas



Fonte: IDEME.

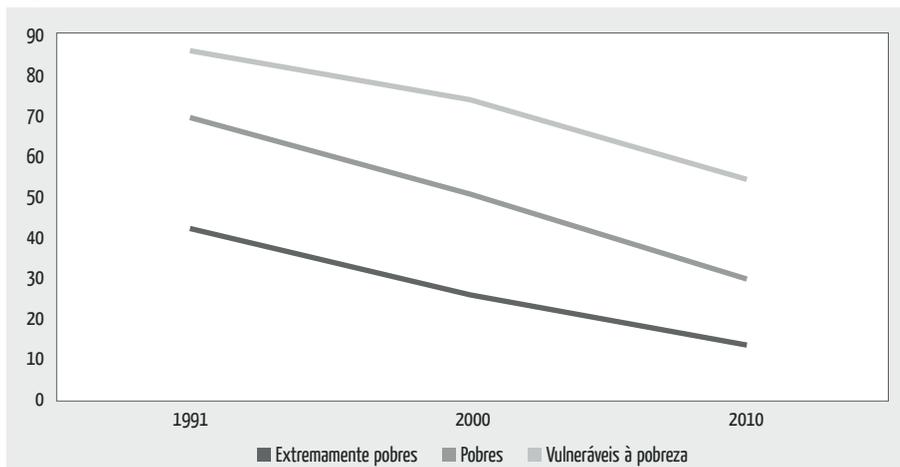
SITUAÇÃO SOCIAL

POBREZA E DESENVOLVIMENTO HUMANO

Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano Municipal de 2013⁸, desde 1991, a Paraíba vem passando por um processo de diminuição do número de famílias vivendo em situação de extrema pobreza, de pobreza ou de vulnerabilidade à pobreza. Entretanto, o período de 2000-2010 apresentou um ritmo mais elevado do que o observado no decênio anterior, como está representado no Gráfico 3. Na Paraíba, o percentual de pessoas extremamente pobres era de 41,18% em 1990, passou para 25,17% em 2000 e atingiu 13,39% em 2010, número bem superior aos 6,62% de extremamente pobres encontrados no conjunto da população brasileira no mesmo ano. Já os pobres representavam 68,29% da população paraibana em 1990, foram reduzidos para 49,61% em 2000 e chegaram a 28,93% em 2010, ante uma média nacional de 15,20% em 2010. Por fim, a população vulnerável à pobreza, que era de 84,68% em 1990, chegou a 72,39% em 2000 e caiu para 53,65% em 2010, ano que os vulneráveis à pobreza representavam 32,56% da população brasileira.

Junto com a redução da pobreza, houve uma sensível melhora do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) na Paraíba entre 1990 e 2010. Segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano Municipal de 2013,

8. De acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano Municipal 2013, extremamente pobres são aquelas pessoas com renda familiar *per capita* até R\$ 70 mensais; pobres são as pessoas com renda familiar *per capita* até R\$ 140 mensais; vulneráveis à pobreza são as pessoas com renda familiar *per capita* até R\$ 255 mensais. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/>. Acesso em 10 nov. 2013.

Gráfico 3**Paraíba – Evolução extrema pobreza, pobreza e vulnerabilidade à pobreza (em%)
1991-2010**

Fonte: Atlas IDHM 2013.

o IDHM paraibano passou de 0,382 em 1990 para 0,506 em 2000, atingindo 0,658 em 2010. Considerando-se que a melhora do índice já foi percebida entre 1990 e 2000, mesmo que tenha sido mais forte no último decênio, e que o IDHM é composto pelas variáveis longevidade, educação e renda, poderíamos afirmar que a redemocratização política brasileira na década de 1980 – seja por razões éticas seja por motivações instrumental-eleitorais –, promoveu um movimento de socialização, baseado principalmente em inovações de políticas públicas, que foi fundamental para a melhoria do desenvolvimento humano nacional, o que também se reflete na Paraíba. Entretanto, o nível do IDHM varia no estado de acordo com as características de cada município, o que guarda coerência com seu cenário de distribuição desigual da pobreza e da atividade econômica.

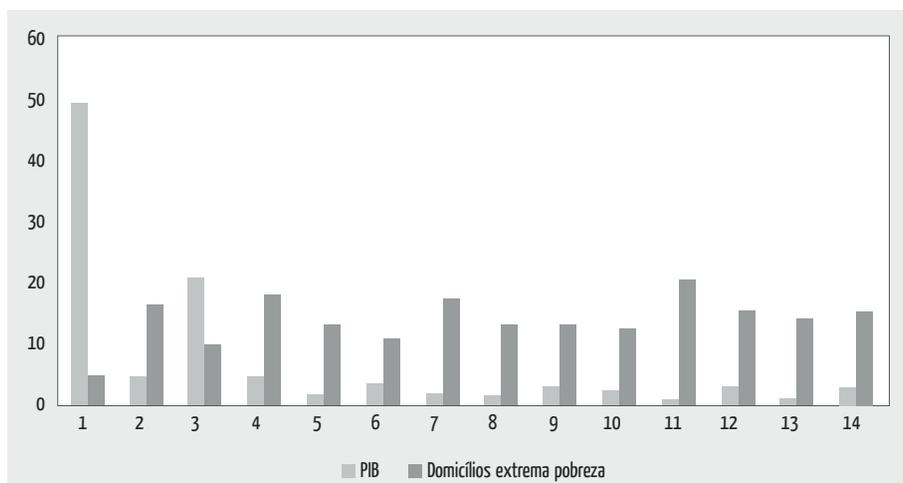
Se, por um lado, o PIB estadual está fortemente concentrado nas regiões de João Pessoa e Campina Grande, por outro, as famílias em condição de extrema pobreza estão distribuídas de forma mais democrática entre as 14 regiões geo-administrativas do estado – constatação que pode explicar a citada variação do IDHM nos distintos municípios do estado. A partir dessa variação é possível perceber também a relação entre a participação no PIB estadual e o número de famílias em situação de extrema pobreza, ou seja, quanto menor o primeiro maior o segundo e vice-versa.

A região de João Pessoa, por exemplo, que concentra quase a metade do PIB estadual, possui a menor proporção de domicílios em extrema pobreza,

apenas 5,05%; seguida da região de Campina Grande, com 10,05%. Entretanto, na região de Princesa Isabel, no alto sertão paraibano, que detém apenas 1,07% do PIB estadual, 20,06% dos domicílios vivem em situação de extrema pobreza (Ideme, 2011). Princesa Isabel, a 11ª região geoadministrativa da Paraíba, detém a menor participação no PIB estadual e a maior proporção de domicílios em condição de extrema pobreza. Esta é uma situação que se repete em praticamente todas as regiões da Paraíba, e é demonstrada pelo Gráfico 4⁹.

Gráfico 4

Paraíba – Regiões geoadministrativas, segundo participação no PIB estadual e domicílios em situação de extrema pobreza (em %) 2011



Fonte: IDEME, 2011.

CONCENTRAÇÃO DE RENDA

A diminuição da pobreza na Paraíba veio acompanhada pela redução do nível de concentração de renda, ainda que de forma mais discreta do que a observada no número de pobres, fenômeno também perceptível no cenário nacional. A renda apropriada pelos 10% mais ricos da população paraibana caiu de 54,57% em 1990 para 53,02% em 2000 e 50,25% em 2010, uma redução de 4,32% em 20 anos, ante a redução de 2,21% para o conjunto do Brasil no mesmo período¹⁰. Mais uma vez, entretanto, a velocidade da redução se fez maior no último decênio.

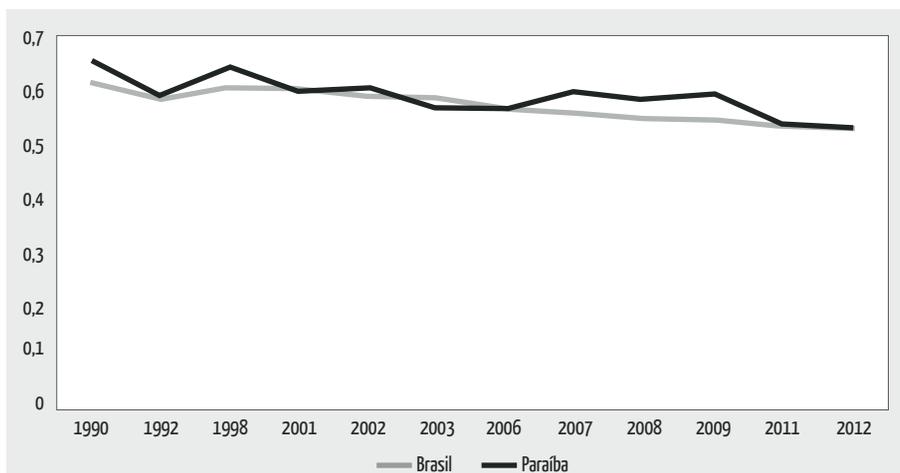
9. Os dados dos PIBs regionais são de 2009, enquanto que os dados relativos aos domicílios em situação de extrema pobreza nos municípios são de 2010 (Ideme, 2011).

10. Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano Municipal de 2013.

Já o Coeficiente de Gini da Paraíba era 0,655 em 1990, reduziu-se para 0,601 em 2002 e atingiu 0,528 em 2012. O Coeficiente de Gini do Brasil era de 0,614 em 1990, passou para 0,589 em 2002 e atingiu 0,530 em 2012, ligeiramente maior do que o observado na Paraíba. O Gráfico 5 representa a evolução do Coeficiente de Gini no Brasil e na Paraíba¹¹.

Gráfico 5

Brasil e Paraíba – Coeficiente de Gini 1990-2012



Fonte: IPEADATA.

O Gráfico 5 demonstra que a queda do Coeficiente de Gini do Brasil e da Paraíba nos últimos dois decênios – mais acentuada a partir de 2002 – é muito significativa. Além disso, percebemos também que em âmbito nacional esse movimento se deu de forma constante a partir de 2002, enquanto que na Paraíba ela enfrentou oscilações. Entretanto, dados da Cepal¹² demonstram que esse índice perde relevância quando comparado não só a outros países da América Latina cujo coeficiente de Gini é menor – mencione-se, por exemplo, o do Chile 0,516 (2011), o da Costa Rica 0,504 (2012), o da Venezuela 0,405 (2012) e o do Uruguai de 0,379 (2012) –, mas também com relação à média desse subcontinente que é de 0,496. Neste sentido, podemos afirmar que o resultado brasileiro contribui para puxar para cima a média regional do Coeficiente de Gini.

11. Segundo dados do PNAD/IBGE, disponíveis em Ipeadata na internet www.ipeadata.gov.br. Acesso em 23 nov. 2013.

12. Base de dados da Cepal. Disponível em: <http://interwp.cepal.org/sisgen/ConsultaIntegrada.asp?idIndicador=250&idioma=e>. Acesso em 3 jan. 2014.

Face aos dados apresentados, conclui-se que ocorreu na Paraíba um movimento de expressiva redução da pobreza – medida pela renda familiar *per capita* – nos últimos dez anos, acompanhado de outro, muito mais discreto, de desconcentração de renda. Mas o nível de concentração de renda medido pelo Coeficiente de Gini na Paraíba, apesar de declinante e cada vez mais próximo à média nacional, é ainda muito superior à média latinoamericana, e muito distante do nível dos países desenvolvidos.

ECONOMIA E ESTRUTURA PRODUTIVA

PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) E PIB PER CAPITA

Na última década, o PIB da Paraíba experimentou um espetacular crescimento de 185%, passando de R\$ 12,34 bilhões em 2002, em valores correntes, para R\$ 35,44 bilhões em 2011 – equivalente a 6,4% do PIB do Nordeste e a menos de 1% do PIB nacional –, que fazia com que o estado ocupasse a quinta posição entre as nove economias nordestinas. Desde 2009, a Paraíba e o Rio Grande do Norte oscilam nessa posição.

No mesmo período, o PIB *per capita* da Paraíba cresceu 164,2%, tendo partido de R\$ 3.539 em 2002 para R\$ 9.349 em 2011 ocupando a 24ª posição entre os estados brasileiros e a 6ª posição no Nordeste, atrás do Rio Grande do Norte e à frente apenas de Alagoas, Maranhão e Piauí (Ideme, 2013a). É de se notar, entretanto, que o ritmo de crescimento dos dois indicadores foi mais rápido a partir de 2006. Entre 2002 e 2005, o PIB paraibano cresceu 35,67% e o PIB *per capita* cresceu 32,55%, enquanto que entre 2006 e 2011 o PIB estadual cresceu 77,7% e o PIB *per capita* elevou-se em 69,8% (Idem). A retomada do papel investidor do Estado na economia, opção incrementada pelo governo federal a partir de 2006 (Diniz & Boschi, 2007), pode ser percebida como um forte incentivo para tais crescimentos observados na Paraíba (Tabela 1).

COMPOSIÇÃO SETORIAL: AGROPECUÁRIA, INDÚSTRIA E SERVIÇOS

Considerada a composição setorial da economia paraibana entre 2002 e 2011, observa-se a diminuição da participação da agropecuária que, subme-

Tabela 1

Paraíba – PIB* (em R\$ milhões), taxa de crescimento do PIB e PIB per capita* (em R\$)
2002-2011

| | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 |
|-----------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| PIB | 12.434 | 14.158 | 15.022 | 16.869 | 19.951 | 22.202 | 25.697 | 28.719 | 31.947 | 35.444 |
| Crescimento (%) | 4,8 | 5,3 | 2,8 | 4,0 | 6,7 | 2,2 | 5,5 | 1,6 | 10,3 | 5,6 |
| PIB per capita | 3.539 | 3.998 | 4.210 | 4.691 | 5.507 | 6.097 | 6.866 | 7.618 | 8.481 | 9.349 |

Fonte: IDEME (2013a).

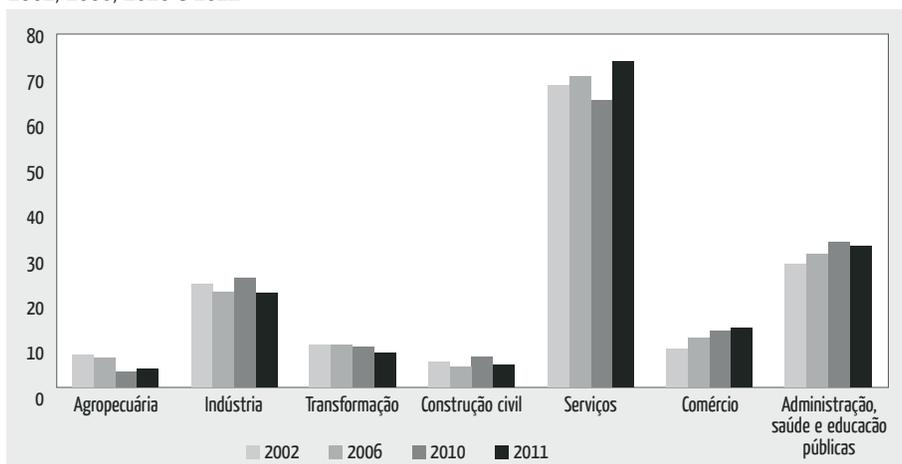
*Em valores correntes.

28

tida a variações relacionadas às constantes estagiens, reduziu sua participação de 7,6% em 2002 para 4,5% do PIB estadual em 2011 – com destaque negativo para o ano de 2010, quando decresceu 14% –; uma diminuição mais discreta da participação da indústria, que correspondia a 23,7% do PIB paraibano em 2002 e passou para 21,5% em 2011; e o crescimento da participação do setor de serviços, que respondia por 68,7% do PIB em 2002 e atingiu 74% em 2011, com destaque para o comércio, que elevou sua participação de 9,3% em 2002 para 14% em 2011. Em 2011, as taxas de crescimento do comércio e da construção civil na Paraíba, na ordem de 11,7% e 11,5%, respectivamente. Já a indústria de transformação, que reduziu sua participação no PIB paraibano de 10,1% em 2002 para 8,4% em 2011, cresceu apenas 1,2% em 2011. (Ideme, 2013a) Esta realidade é expressa pelo Gráfico 6.

Gráfico 6

Participação das atividades no valor adicionado da economia (em %)
2002, 2006, 2010 e 2011



Fonte: IDEME, 2013a.

Quando se trata da agricultura, entretanto, o cenário é mais desanimador, pois há uma queda substancial em algumas das mais tradicionais lavouras paraibanas entre 1990 e 2011. A produção do abacaxi reduziu-se dos 284,2 milhões de frutos produzidos em 1990 para 276,2 milhões em 2011; a da cana-de-açúcar caiu de 8,28 milhões de toneladas em 1990 para 6,42 milhões em 2011; a da mandioca de 386.340 toneladas em 1990 para 220.874 em 2011. Por fim, lavouras típicas do semiárido paraibano quase desaparecem, como o sisal em fibra, cuja produção diminuiu de 57.294 toneladas em 1990 para 7.240 em 2011, e o algodão arbóreo em caroço, que reduziu a produção de 3.941 toneladas em 1990, quando já estava em crise, para 717 toneladas em 2011.

Na pecuária a situação ainda é outra. O efetivo do rebanho de bovinos na Paraíba cresceu apenas 0,7% entre 1990 e 2011, após uma redução de quase 30% entre 1990 e 2000; o de suínos decresceu quase 50% entre 1990 e 2011, enquanto os de caprinos e ovinos, mais adaptados às condições climáticas do semiárido, cresceram 14% e 17,5%, respectivamente. Merece destaque o crescimento do efetivo de galináceas, na ordem de 177% entre 1990 e 2011.

Por outro lado, a produção estadual de coco-da-baía passou de 29,40 milhões de frutos em 1990 para 64,71 milhões em 2011 (IBGE/Banco de Dados Agregados *apud* MELO, 2013). O maior produtor de coco-da-baía no estado, inclusive com vistas à exportação, é o município de Sousa¹³, localizado no alto sertão da Paraíba, que produziu 24,35 milhões de frutos em 2012, seguido de longe pelo litorâneo município de Pitimbu, com 4,8 mil frutos¹⁴. Em Sousa e em Aparecida, também produtor de coco-da-baía, está localizado o “Perímetro Irrigado Várzeas de Sousa”, beneficiado pelo PAC, o que evidencia a importância das obras de irrigação com fins da agricultura para economia.

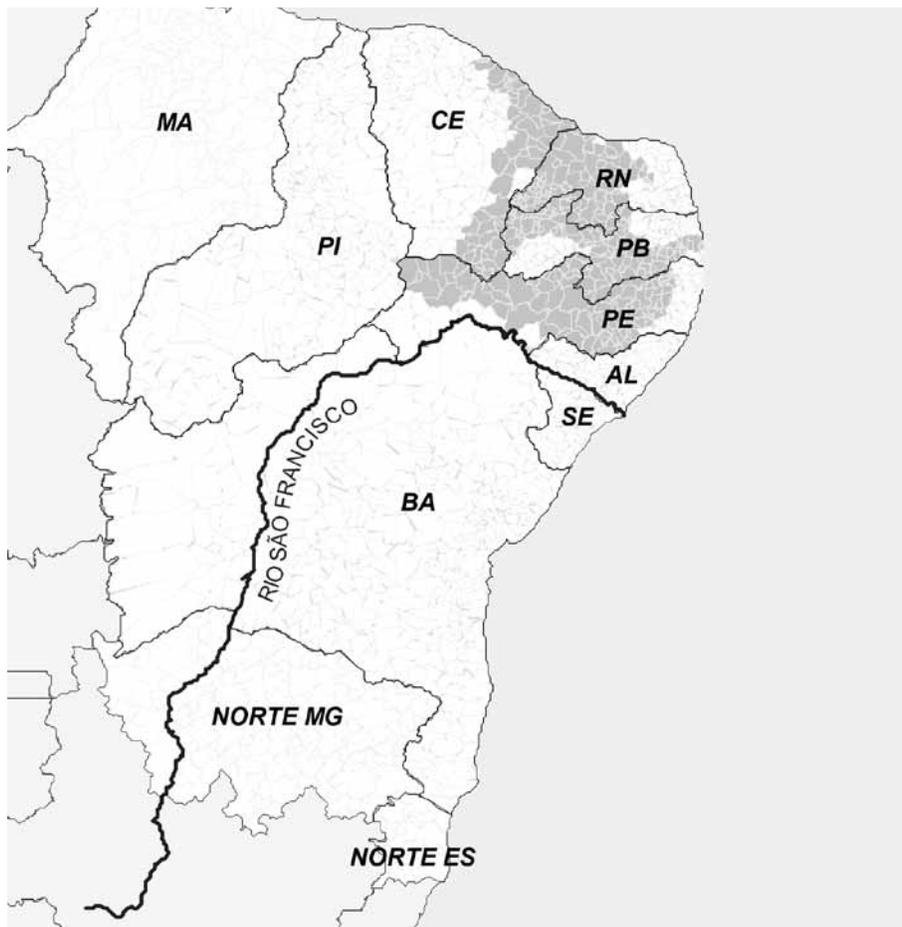
É importante destacar o caráter excepcional das terras na região de Várzeas de Sousa. Localizada no alto sertão, trata-se de uma planície fluvial, incrustada em uma região de predominância de depressões sertanejas (Aesa, 2006), estas últimas, pouco afeitas à agricultura, exceto de lavouras mais resistentes às condições semiáridas, como o algodão e o sisal, culturas outrora muito importantes para a economia estadual, mas atualmente em ocaso. A agricultura no semiárido, particularmente aquela mais adequada às condições locais, poderia ser beneficiada por obras estruturantes de irrigação e de transposição de águas, também fundamentais para a criação de animais e para a

13. O autor se recorda que, no período em que residiu em Brasília, entre 2002 e 2005, dirigindo-se ao trabalho em uma faculdade privada na cidade-satélite do Gama, passava defronte uma barraquinha às margens da BR-040, no Park Way, que anunciava vender coco-verde de Souza (sic) - PB. Da mesma forma, também eram comuns os caminhões estacionados no Parque da Cidade brasiliense vendendo abacaxi da Paraíba.

14. Segundo dados do IBGE, disponíveis em <http://cidades.ibge.gov.br/comparamun/compara.php?lang=&coduf=25&idtema=122&codv=V61&order=dado&dir=desc&lista=uf&custom=#>, acesso em 31 jan. 2014.

Mapa 3

Municípios beneficiados pela transposição do Rio São Francisco



Fonte: BNB/ETENE/CIEST.

instalação de indústrias. A sazonalidade do acesso à água é um empecilho primário à industrialização do semiárido. Da mesma forma, a qualidade de vida humana na região depende de tornar perene o acesso à água potável, favorecido por obras como a transposição do rio São Francisco e a construção de cisternas. É igualmente fundamental a democratização do acesso à água, traço que orienta as atuais políticas hídricas do governo federal. Durante boa parte do século XX, obras de represamento de águas, com recursos públicos, foram realizadas no Nordeste em terras privadas.

Além do acesso à água, as políticas de financiamento agrícola também são fundamentais para um estado pobre como a Paraíba. O financiamento e subsídio especificamente à agricultura familiar é uma política que, ademais, impacta positivamente a redução da pobreza, considerando que é na zona rural que está parte significativa da extrema pobreza nacional. Nesta matéria, iniciativas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) merecem destaque. Na Paraíba, foram firmados quase 75 mil contratos do Pronaf, perfazendo um valor aproximado de R\$ 306 milhões, entre os anos agrícolas de 2011 e 2013¹⁵.

Dentro do setor de serviços, o turismo paraibano, na esteira da expansão da atividade turística nacional na última década, tem apresentado crescimento. Por ser um destino tradicionalmente pouco explorado, esse aumento do turismo na Paraíba tem se refletido não apenas no número de visitantes, como também no de equipamentos turísticos e roteiros disponíveis. Assim, o mercado paraibano, apesar de dominado pelos atrativos litorâneos, em especial de João Pessoa e de Campina Grande com seus eventos – principalmente o São João –, começa a se diversificar. Desde a construção do ramo sul da rodovia PB-008, no final da década de 1990, o turismo no litoral Sul do estado tem se fortalecido, com destaque para o município do Conde.

Pelo interior do estado, algumas cidades têm se preparado para receber turistas, adotando segmentações principalmente vinculadas à valorização da cultura local e ao turismo ecológico ou rural, o que abre espaço para negócios pequenos, familiares e/ou comunitários. Neste caso, o público emissor é principalmente regional, oriundo do próprio estado ou dos estados vizinhos. Na microrregião do Brejo Paraibano, cidades como Areia e, principalmente, Bananeiras, têm assistido à proliferação dos condomínios de segunda residência, com alto padrão de luxo, comercializados, principalmente, na própria Paraíba e no Rio Grande do Norte. Alguns desses empreendimentos têm sido apontados pelos movimentos ambientalistas como causadores de forte impacto ambiental. Apesar disso, eles investem também no turismo cultural, como a “Rota Cultural Caminhos do Frio”, que ocorre entre os meses de junho e agosto em seis municípios do Brejo Paraibano (Areia, Bananeiras, Serraria, Alagoa Nova, Alagoa Grande e Pilões), com foco, principalmente, nas artes, na gastronomia e na história, já que se trata de uma região de ocupação antiga, associada aos engenhos de cana-de-açúcar.

Desde o início da década passada, Cabaceiras, município da microrregião do Cariri Oriental com um dos mais baixos índices pluviométricos do

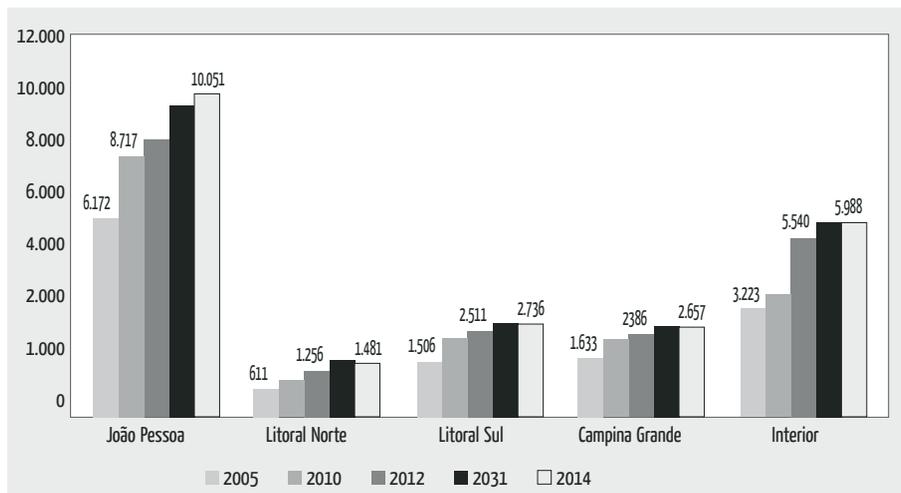
15. Fonte: MDA. Disponível em: <http://wikicoi.planalto.gov.br>. Acesso em 5 fev. 2014.

país, tem desenvolvido políticas de incentivo ao turismo cultural, focadas principalmente na caprinocultura; e ao ecológico, aproveitando as formações rochosas conhecidas como “Lajedo do Pai Mateus”. Por causa da sua alta luminosidade natural – consequência da ausência de chuvas – aliada à beleza plástica do seu “Lajedo”, Cabaceiras tem sido palco de locações de diversos filmes nacionais, como “O Auto da Compadecida”. Nos últimos anos, Cabaceiras tem exibido um grau importante de elevação do seu IDHM, que era 0,352 em 1991, subiu para 0,470 em 2000 e atingiu 0,611 em 2010, passando de “muito baixo” para “médio desenvolvimento humano”, segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano de 2013.

O Gráfico 7 apresenta a evolução da oferta de leitos pelo mercado turístico da Paraíba, demonstrando o seu crescimento na última década, em todas as regiões do estado. Trata-se de um mercado em expansão permanente.

Gráfico 7

Paraíba - Oferta de leitos/turismo 2005, 2010, 2012, 2013 e 2014



Fonte: PBTUR, 2014b.

Já a Tabela 2 apresenta a evolução do fluxo total de passageiros nos aeroportos de João Pessoa e de Campina Grande. Neste indicador, o crescimento também é importante. Em apenas quatro anos o movimento de passageiros nos aeroportos de João Pessoa e Campina Grande subiu, respectivamente, 105% e 74,5%. É certo, entretanto, que esta expansão se deu num contexto de crescimento do setor aéreo nacional.

Tabela 2**Paraíba – Fluxo total de passageiros/aeroportos
2009-2013**

| | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 |
|----------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| João Pessoa | 598.971 | 927.488 | 1.142.181 | 1.252.599 | 1.229.750 |
| Campina Grande | 82.240 | 114.067 | 104.744 | 127.608 | 143.766 |

Fonte: Infraero apud PBTUR, 2014a.

Mesmo assim, a realidade turística do estado ainda está distante do observado nos principais destinos turísticos do país – inclusive, nos vizinhos Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará. Apesar de o aeroporto de João Pessoa ser considerado pela Infraero como internacional, foram registrados apenas um embarque e um desembarque internacionais em 2011 (BNB, 2012), enquanto que, no mesmo ano, foram realizados 62.331 embarques e 60.706 desembarques em Natal, e 131.402 embarques e 113.987 desembarques em Recife (Idem). A proximidade com estas duas cidades tem sido um fator inibidor do crescimento do aeroporto de João Pessoa, particularmente no que diz respeito à capacidade de atração de voos internacionais, situação que se reforçou com a duplicação da BR-101.

Em 2011 ocorreram 57 eventos internacionais no Nordeste em 2011, sendo que apenas um deles foi realizado em João Pessoa (Idem); podemos elencar duas razões principais: a pequena oferta de voos internacionais e a ausência de espaços com capacidade para sediar eventos de tal porte. Desde 2010, o governo estadual está construindo o primeiro Centro de Convenções do estado, em João Pessoa, com importante aporte de recursos do governo federal.

Em termos de oferta de hospedagem nas capitais nordestinas, João Pessoa está à frente apenas de Teresina, segundo dados de 2011 (IBGE apud BNB, 2012). O turismo é um setor com ampla possibilidade de crescimento na Paraíba, e o seu fortalecimento pelas distintas regiões do estado pode ser um fator impulsionador do desenvolvimento econômico e humano.

O PAC E A ECONOMIA DA PARAÍBA

Uma variável explicativa para o aumento do ritmo de crescimento da economia paraibana pode ser o incremento do investimento público federal – através de programas como o PAC e o Minha Casa Minha Vida – as políticas federais de incentivo ao crédito, o fortalecimento das políticas sociais de transferência de renda e o aumento real do poder de compra do salário-mínimo, favorecido por um ambiente de inflação baixa, como acentua Tânia Bacelar (2013). Voltaremos ao assunto adiante.

O investimento total do PAC na Paraíba entre 2007 e 2010 foi de R\$ 9,1 bilhões (Brasil, 2010), o que equivale a 28,5% do PIB paraibano de 2010. Neste período, foram executadas, por exemplo, obras de infraestrutura logística (como a duplicação da BR-230 entre João Pessoa e Campina Grande, o terminal de passageiros do aeroporto de João Pessoa, a drenagem do Porto de Cabedelo e a duplicação da BR-101 entre as fronteiras com PE e RN), obras energéticas do programa Luz para Todos e obras de recursos hídricos para irrigação e o abastecimento da população (além do já citado “Perímetro Irrigado Várzeas de Sousa”, as adutoras Capivara e Acauã e o sistema adutor do Congo, ademais da obra regional da Transposição do Rio São Francisco).

Já o PAC 2 prevê investimentos de R\$ 12,5 bilhões entre 2011 e 2014 (Brasil, 2013) – equivalentes a 35,3% do PIB paraibano de 2011 – dos quais R\$ 615 milhões destinados para saneamento (através do Ministério das Cidades e da Funasa) e R\$ 337,8 milhões para o eixo Comunidade Cidadã (construção de unidades de saúde, creches, quadras de esportes etc.). Destaque-se o investimento de R\$ 1,28 bilhão do eixo Água e Luz para Todos do PAC 2 na Paraíba, onde estão incluídas as obras de recursos hídricos e de abastecimento de água, como os perímetros de irrigação de Várzeas de Sousa, São Gonçalo e Sumé, os sistemas adutores de Nova Camará e das Vertentes Litorâneas. Este último, que tem 90% dos seus custos financiados pelo governo federal, fará parte da distribuição de águas do rio São Francisco no estado através do canal “Acauã-Araçagi” beneficiando o consumo humano e a irrigação¹⁶.

BALANÇA COMERCIAL

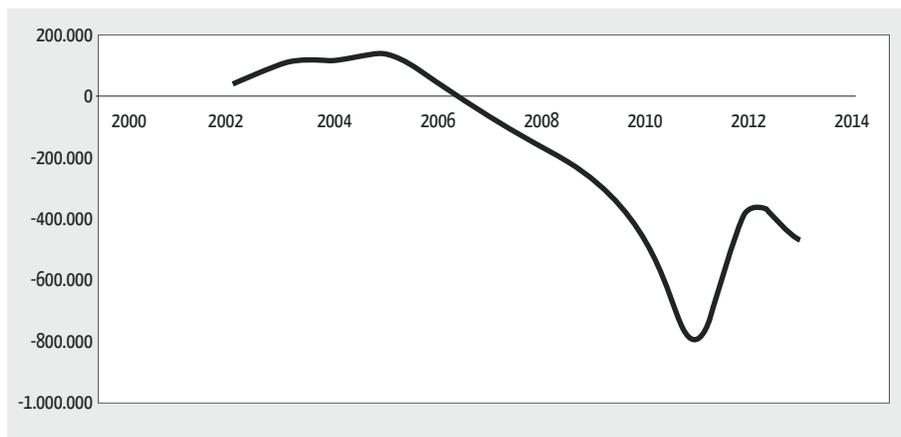
Num cenário de crescimento das demandas das famílias (com o aumento da renda *per capita*), da construção civil e das próprias indústrias, a balança comercial paraibana sofreu um impacto, passando de um *superávit* de US\$ 36,77 milhões em 2002 para um *déficit* de US\$ 467,9 milhões em 2013. Esta situação está demonstrada pelo Gráfico 8.

A pauta de exportações paraibana é pouco diversificada e, seguindo a tendência histórica, principalmente relacionada com produtos primários e com indústrias tradicionais e de baixa inovação tecnológica como calçados, vestuário e alimentos, além de minérios e cimento. Em 2012, apenas 1,77% da exportação era composta por bens de capital, ante 36,96% de bens intermediários e 61,27% de bens de consumo, dos quais apenas 0,01% eram bens de consumo duráveis. Por outro lado, 13,90% das importações paraibanas de 2012 eram compostas por bens de capital, 59,45% de bens intermediários

16. Fonte: Ministério da Integração Nacional. Disponível em: www.brasil.gov.br/infraestrutura/2012/10/autorizada-na-paraiba-inicio-das-obras-das-vertentes-litoraneas. Acesso em 29 dez. 2013.

Gráfico 8

Paraíba – Saldo da balança comercial (em US\$ milhões)
2000-2014



Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC / SECEX.

(dos quais 54,04% eram destinados à indústria), e 26,57% de bens de consumo (MDIC *apud* Melo, 2013).

As indústrias paraibanas, portanto, são dependentes de importações massivas de bens de capital e de insumos básicos à sua produção. Nos últimos anos, o discreto crescimento apresentado pelas indústrias (Ideme, 2013a) – apesar de sua participação na economia do estado ter diminuído – causou um aumento em suas demandas que impactaram negativamente na balança comercial paraibana. Por exemplo, em 2013 apenas uma grande indústria calçadista nacional exportou 51% e importou 21,63% das exportações e importações paraibanas, respectivamente, segundo dados do MDIC/SECEX. Estamos, portanto, diante de um clássico cenário de trocas desiguais e de dependência que caracteriza uma condição de subdesenvolvimento, segundo os termos de Celso Furtado (2013). Ainda é digno de nota o volume das importações de bens de consumo (MDIC *apud* MELO, 2013), reflexo do crescimento da renda *per capita* e do comércio na Paraíba da última década.

CONCENTRAÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA

O nível de concentração da atividade econômica na Paraíba representa um forte empecilho ao desenvolvimento do estado. As duas maiores regiões geoadministrativas, João Pessoa e Campina Grande, detêm, respectivamente, 49,15% e 20,99% do PIB estadual. Somadas, chega-se a 70,14% do PIB paraibano concentrado nestas duas regiões. O município de João Pessoa, sozinho,

detém 30,08% do PIB estadual, enquanto o município de Campina Grande responde por 13,56%. Já Guarabira, a região geoadministrativa com o terceiro maior PIB, detém apenas 4,82% do PIB da Paraíba. Por fim, destaque-se que, dos 15 maiores PIBs municipais da Paraíba, nove estão localizados na região de João Pessoa.

Esta concentração fica ainda mais evidente quando observamos a distribuição dos setores econômicos pelo espaço paraibano. A região geoadministrativa de Campina Grande detém 21,14% da agropecuária estadual, ante 16,85% da região de João Pessoa, 12,87% da região de Itabaiana, 10,87% da região de Mamanguape e 10,46% da região de Guarabira – todas, localizadas no Agreste ou na Mata Paraibana. Quando passamos ao setor de serviços, a concentração fica mais evidente, com a região de João Pessoa abarcando 47,52% do PIB dos serviços na Paraíba, seguida da região de Campina Grande, com 20,19%, e de Guarabira, com apenas 5,18%, de forma que as duas maiores regiões concentram quase 68% do PIB de serviços do estado. Por fim, observamos uma concentração ainda maior no segmento da indústria, com a região de João Pessoa detendo 54,28% do PIB industrial paraibano, seguida de Campina Grande com 24,78%, e de Guarabira com apenas 3,41%¹⁷. Ou seja, mais de 79% do PIB industrial da Paraíba estão concentrados nas suas duas maiores regiões. (Ideme, 2011)

Percebe-se, então, que o anunciado cenário de subdesenvolvimento, dependência e de trocas desiguais que a Paraíba ocupa no cenário nacional também pode ser observado no interior do espaço estadual, onde as duas maiores regiões geoadministrativas – João Pessoa e Campina Grande – concentram a maioria absoluta da atividade econômica, e detêm a imensa maioria dos segmentos mais dinâmicos da economia paraibana.

MERCADO DE TRABALHO

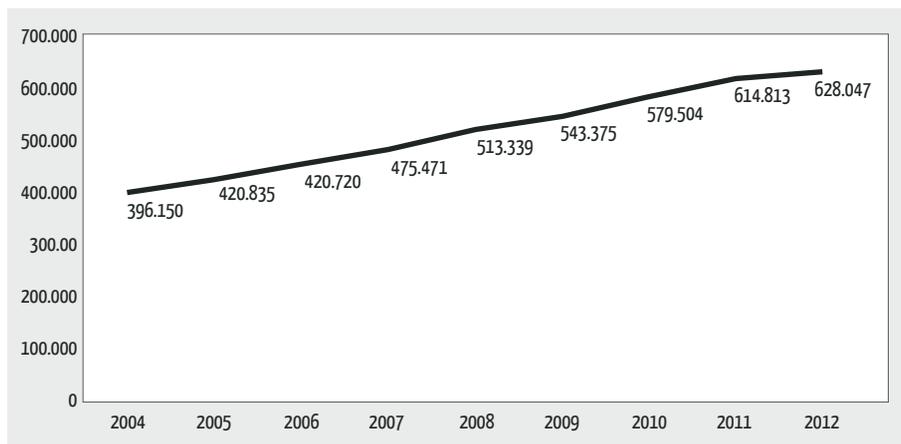
Na última década, o mercado de trabalho formal na Paraíba passou por um processo de expansão; Em 2004, com relação ao estoque de empregos formais, havia 396.150 postos de trabalho (Ideme, 2013b) enquanto que em 2012 esse número subiu para 628.147 (MTE, 2013a), equivalente a um crescimento da ordem de 58,54%. A média anual de criação de empregos formais entre 2004 e 2012 foi de 5,94%, com o pico de 7,96% em 2008 e um piso de 2,15% em 2012. Ou seja, mesmo num cenário de desaceleração da economia, como foi o ano de 2012, que reduziu o ritmo de crescimento do PIB brasileiro, o estoque de empregos formais continuou evoluindo no país, assim como na Paraíba. Entre-

17. Os dados são de 2009.

tanto, o observado na Paraíba foi ligeiramente menor do que o nacional, já que o estoque de empregos formais no Brasil cresceu 2,48% em 2012 em relação ao ano anterior. (MTE, 2013b) O Gráfico 9 representa este crescimento na Paraíba.

Gráfico 9

Paraíba – Estoque de empregos formais 2004-2012



Fontes: IDEME (2013b); MTE (2013a).

O rendimento médio mensal do trabalhador paraibano em dezembro de 2012 foi de R\$ 1.521,13, tendo crescido 0,94% em relação a 2011. Devemos observar, no entanto, que há uma diferença entre os rendimentos médios dos trabalhadores e das trabalhadoras paraibanos, em 2012, os primeiros receberam em média R\$ 1.559,46 e as últimas R\$ 1.468,71 (MTE, 2013a). A realidade paraibana, se comparada com o cenário nacional, apresenta índices menores, pois o rendimento médio do trabalhador brasileiro foi de R\$ 2.080,07, sendo 2,97% maior do que o rendimento médio do ano anterior. A diferença de rendimento entre os sexos masculino e feminino se mantém em nível nacional; o rendimento médio do trabalhador masculino no Brasil foi de R\$ 2.250,40 em 2012, sensivelmente superior ao rendimento médio das trabalhadoras naquele ano, que foi de R\$ 1.850,26 (MTE, 2013b).

Em 2012, foram gerados mais empregos formais para os homens (7.453) do que para as mulheres (5.781) na Paraíba, em relação ao ano anterior. Da mesma forma, a faixa etária com maior elevação no estoque de emprego formais foi a situada entre os 15 e os 17 anos (6,04%), seguida da faixa entre 30 e 39 anos (4,16%). Já o grau de instrução que apresentou maior variação relativa no estoque empregos formais na Paraíba em 2012 foi o ensino médio

completo, com 7,20% de crescimento, seguido do ensino médio incompleto, com 4,59% (MTE, 2013a).

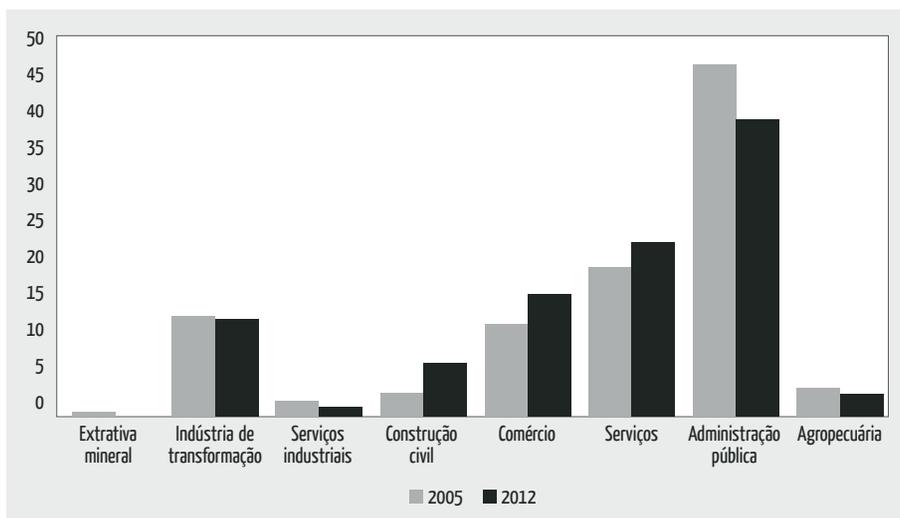
Quando observamos o estoque de empregos formais por setor de atividade na Paraíba em 2012 (MTE, 2013a), verificamos o caráter residual do setor extrativo mineral, além da pequena participação da agropecuária, atividade econômica permanentemente submetida a variações sazonais e de baixo crescimento no estado, na última década. Entretanto, o que salta à vista é a dimensão do setor público, que correspondiam a 38,89% dos empregos formais do estado naquele ano. Somados, o setor de serviços (22,7%) e o comércio (15,23%) – que ocupam as segunda e terceira posição entre os setores com mais empregos formais na Paraíba em 2012 – ocuparam menos trabalhadores que a administração pública no estado.

Comparada com a realidade nacional, a situação assume sua real dimensão, já que no mercado de trabalho formal brasileiro o número de empregados na administração pública equivale a 18,83% do total (MTE, 2013b). Da mesma forma, quando comparamos a Paraíba com dois estados vizinhos, o peso da administração pública no estoque de empregos formais paraibanos segue exibindo a sua importância. No Rio Grande do Norte, o estado que vem se alternando com a Paraíba entre o quinto e a sexto maior PIB do Nordeste, a administração pública representava 29,82% do estoque de empregos formais, enquanto que o setor de serviço empregava 27,57% dos trabalhadores formais em 2012 (MTE, 2013c), seguido do comércio, com 19%. Considerando-se a importância do turismo para a economia norte-riograndense, pode-se compreender a importância do setor de serviços para a geração de empregos formais no estado. Já em Pernambuco, estado de economia muito mais forte, a administração pública responde por 22,60% dos empregos formais, ante 32,78% do setor de serviços e 18,47% do comércio (MTE, 2013d).

Entretanto, a dinâmica de crescimento da economia paraibana nesta primeira década do século XXI tem reduzido o peso da administração pública no estoque de empregos formais do estado. Em 2005, a administração pública respondia por 46,14% dos empregos formais na Paraíba, enquanto o comércio e o setor de serviços somados representavam 31,68%. Comparada com a situação de 2012, percebemos que a ativação da participação da economia privada na geração de empregos formais no estado foi puxada pelo crescimento do setor de serviços, do comércio e da construção civil. Entretanto, a indústria também reduziu sua participação no total de empregos formais da Paraíba entre 2005 e 2012, mesmo que de maneira discreta. O Gráfico 10 apresenta a evolução da participação dos setores de atividades no estoque de empregos formais na Paraíba entre 2005 e 2012.

Gráfico 10

Paraíba – Evolução do estoque de empregos formais por setor de atividade
2005 a 2012



Fonte: MTE (2013a); IDEME (2013b).

Em 2012, os setores que apresentaram maior crescimento no estoque de empregos formais no estado foram, respectivamente, o de serviços (8,64%), a construção civil (8,33%) e o comércio (5,05%). Ou seja, as opções de políticas públicas do governo federal representam um estímulo para a geração de empregos também na Paraíba. Por outro lado, reduziram seu estoque de empregos em 2012 a administração pública (-2,42%) e a agropecuária (-16,10%) – neste caso, pelos fatores já referidos (MTE, 2013a).

Mesmo assim, apesar de o peso da administração pública no estoque de empregos formais na Paraíba ter diminuído na última década, ainda atinge níveis extremamente elevados em 2012. Não à toa, convencionou-se dizer que o paraibano é um cidadão “politizado”, dada a popularidade dos noticiários políticos, particularmente dos programas de rádio. Na Paraíba, uma reviravolta política pode impactar, para o bem ou para o mal, a maior parte da população economicamente ativa, considerados ainda trabalhadores terceirizados, prestadores de serviço, fornecedores da administração pública etc. Esta é uma situação que favorece a perpetuação das políticas patrimonialistas, do empreguismo e das redes de clientela, inibindo a independência política, bloqueando a modernização e a democratização da realidade política estadual. Trata-se de uma reminiscência do velho *script* coronelístico anunciado por Victor Nunes Leal,

bem vivo no diagnóstico feito por Celso Furtado, rememorando a Paraíba da sua infância, à época da Revolução de 1930:

de forma mais imediata, existia a necessidade de se estar ligado a um chefe político, sem o que um mínimo de segurança pessoal era praticamente inconcebível. Esse chefe, por seu lado, respondia a outro, em nível da região, o que o ligava indiretamente a um terceiro, no âmbito do estado, e finalmente a alguém de expressão nacional. Assim, a necessidade de segurança pessoal, local, levava cada indivíduo a tomar posição, automaticamente, com respeito a toda a organização nacional, da qual quase nenhuma informação possuía. (Furtado, 2013, p. 36-37)

Contemporaneamente, há uma diferença fundamental, entretanto. A garantia de uma renda mínima aos cidadãos em extrema pobreza – através do programa Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada¹⁸, como veremos – assegura segurança pessoal, ao menos, num nível básico: a segurança alimentar. Socialmente, esta garantia tem inibido a migração em época de seca, para ficarmos num exemplo mais imediato e atual, já que o Nordeste atravessa prolongada estiagem. Politicamente, promoveu um *descolamento* que criou uma base eleitoral *lulista* (Singer, 2012) dentre a ampla massa subproletária nordestina – a “sobrepopulação trabalhadora superempobrecida permanente” (Singer, 2012, p. 19) – que, em oposto às memórias de Celso Furtado, agora orienta suas preferências nacionais *independente* do chefe político local. Pelo contrário, o que ora se observa é que boa parte dos chefes políticos locais se viu obrigada a seguir os rumos deste descolamento, sob pena de perder apoio eleitoral¹⁹.

A Tabela 3 apresenta a evolução do emprego por classes de renda mensal familiar *per capita* entre 2002 e 2012, no Brasil, no Nordeste e na Paraíba.

Entre 2002 e 2012, portanto, diminuiu discretamente o número de famílias com rendimento mensal *per capita* de até dois salários mínimos na Paraíba, mesmo que se tenha mantido a disparidade entre a realidade salarial da Paraíba e do Brasil. Entretanto, considerando-se que 65,6% das famílias paraibanas tem rendimento mensal *per capita* de até um salário-mínimo, fica evidenciado o impacto positivo da política do governo federal de aumento do valor real do salário-mínimo para a diminuição da pobreza também na Paraíba.

18. Programa do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome destinado aos idosos que não contribuíram com a Previdência Social e aos deficientes físicos com renda mensal familiar *per capita* inferior a um quarto do salário-mínimo.

19. O autor se lembra, por ocasião das eleições de 2006, da narrativa de um líder político da mesma Pombal onde nasceu Celso Furtado, filiado a um partido da oposição de centro-direita ao governo federal, que dizia ouvir por onde andava a seguinte frase: “Pode pedir voto para quem quiser, menos contra Lula”. Instigado a explicar esta nova situação, o mesmo chefe político atribuiu-a ao Bolsa Família, mas também ao Pronaf.

Tabela 3

Brasil, Nordeste e Paraíba – Domicílios particulares permanentes urbanos por classes de rendimento mensal domiciliar *per capita*, em salário-mínimo (em %)

2002-2012

| | Até 1/2 salário-mínimo | | Mais de 1/2 a 1 salário-mínimo | | Mais de 1 a 2 salários-mínimos | |
|----------|------------------------|------|--------------------------------|------|--------------------------------|------|
| | 2002 | 2012 | 2002 | 2012 | 2002 | 2012 |
| Brasil | 19,7 | 17,1 | 24,7 | 27,5 | 24,6 | 27,6 |
| Nordeste | 38,8 | 32,9 | 28,1 | 32,7 | 16,3 | 18,3 |
| Paraíba | 39,4 | 33,6 | 29,7 | 32 | 16,6 | 17,8 |

Fonte: IBGE (2003 e 2013).

Refletindo sobre a realidade nacional da última década, Marcio Pochmann afirma que “o fortalecimento do mercado de trabalho resultou fundamentalmente na expansão do setor de serviços, o que significou a difusão de nove em cada grupo de dez novas ocupações com remuneração de até 1,5 salário-mínimo mensal” (Pochmann, 2012, p. 10). Esta situação, também percebida na Paraíba, contribuiu para o incremento da formalização do emprego privado e para a elevação da renda mensal *per capita* das famílias paraibanas, mas não implicou em alterações substanciais na realidade salarial do estado. Não há sustentação, assim, à afirmação de que surgira uma “nova classe média” na Paraíba no último decênio. O que se verifica é uma intensa redução da pobreza, com o aumento da massa de trabalhadores paraibanos situados na base da pirâmide social, associadas sim “às características gerais das classes populares, que, por elevar o rendimento, ampliam imediatamente o padrão de consumo” (Idem).

Esta massa trabalhadora, pelo seu baixo padrão salarial, forma aquilo que André Singer chama de “novo proletariado, que viria migrando do subproletariado, por exemplo, para a carteira assinada, o que lhe daria uma ‘cidadania trabalhista’ que o proletariado propriamente dito tem desde os anos 1940”. Entretanto, segue Singer, “apesar da referida migração ter se confirmado, o subproletariado continua a ser uma realidade importante no país” (Singer, 2013, p. 22). Na Paraíba, a persistência de uma significativa camada de “subproletários” se verifica pela dimensão dos beneficiários do Bolsa Família, como veremos adiante.

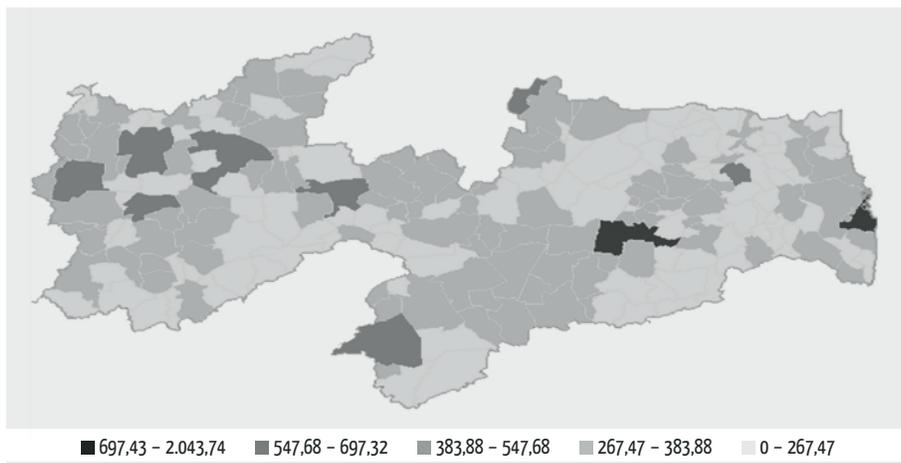
POLÍTICAS SOCIAIS E QUALIDADE DE VIDA

POLÍTICAS SOCIAIS E REDUÇÃO DA POBREZA

O já anunciado incremento da renda *per capita* na Paraíba nos últimos dez anos não apresentou o mesmo desempenho em todas as regiões do estado. A Figura 5 apresenta, em formato de mapa, o nível de renda *per capita* nos municípios paraibanos, evidenciando a distribuição espacial da pobreza pelo estado. Apenas um município, justamente João Pessoa, está na faixa de renda mais alta, superior a R\$ 697,32, dentre as apresentadas no mapa em questão; na faixa de renda imediatamente anterior à mais alta, figura apenas um outro município paraibano, Campina Grande. Os demais ocupam as três faixas de renda inferiores do Mapa 4

O incremento, a partir de 2003, dos programas de transferência de renda do governo federal, focalizados nos segmentos mais pobres da população brasileira, tem impactado positivamente a realidade social e econômica da Paraíba. O programa Bolsa Família, por exemplo, por ter como público alvo pessoas com renda familiar *per capita* de até R\$ 140, abarca, potencialmente, mais de 40% da população paraibana, considerado o montante de pessoas em condição de extrema pobreza e de pobreza no estado em 2010, como vimos. Ademais de melhorar a condição de vida dessas pessoas – não apenas pela garantia da renda, mas também pelas condicionalidades do programa, associadas ao cumprimento de metas educacionais e de saúde –, resulta num incremento de receita circulante em cidades e comunidades pobres, estimulando o mercado interno de bens de consumo gerando emprego e renda.

Mapa 4

Paraíba – Renda domiciliar *per capita* média, exceto renda nula
2010

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013.

Esta lógica não se aplica apenas ao Bolsa Família, mas também ao Benefício de Prestação Continuada e às aposentadorias do INSS, ambos, com valores atrelados ao salário-mínimo. Os sucessivos aumentos reais do salário-mínimo garantidos pelo governo federal nos últimos anos, em conjunto com os programas de transferência de renda focalizados nos setores mais pobres da população, ao mesmo tempo que provocam, anualmente, monótonas reclamações dos prefeitos em marcha a Brasília, elevam o poder de compra do subproletariado brasileiro, contribuindo para a redução da pobreza e para a diminuição da concentração de renda no país. Tânia Bacelar faz a seguinte observação acerca do impacto deste fenômeno no Nordeste brasileiro:

na região, a pobreza rural se concentra em pequenos municípios, em especial os do grande espaço semiárido. Nesses municípios é interessante observar que, como as bases produtivas locais são muito modestas, o novo e sistemático fluxo de renda não só dá a cobertura social aos beneficiados diretos, como dinamiza lojas, farmácias, padarias, feiras livres etc. Gera, assim, nesses pequenos municípios, um impacto econômico num movimento virtuoso que os estimula a crescer. Tal resultado não é identificado na região Sudeste, na qual o Bolsa Família capta o segundo maior volume de recursos, ou seja, 25% do total aplicado. Como ali é o domínio da pobreza urbana e como a base produtiva é ampla e forte, o impacto do programa é apenas o de levar o man-

to protetor do Estado aos que vivem em situação de dura miséria no coração da região mais rica do país. (Bacelar, 2013, p. 162-163)

Este diagnóstico é bem adequado à realidade dos pequenos municípios do interior da Paraíba, um estado em que, como vimos, a concentração da atividade econômica atinge níveis extremos. Um dado deve ser ainda acrescentado à observação de Bacelar: nos últimos períodos de estiagem, os programas federais de transferência de renda garantiram segurança alimentar à população pobre do semiárido nordestino, a mais penalizada pelos efeitos da seca, diminuindo o tradicional fluxo migratório observado a partir destas regiões nestes momentos mais duros.

A Tabela 4 – construída a partir dos dados do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e do Portal da Transparência do governo federal – demonstra a evolução do programa Bolsa Família, desde sua criação até 2013, na Paraíba. Em 2010, ele atendeu a 450.525 famílias na Paraíba, o que equivale a aproximadamente 1,6 milhão de pessoas, ou mais de 40% da população paraibana de 2010 (Ideme, 2011). Em 2012, o número de famílias chegou a 506.234, e o valor dos benefícios superou os R\$ 738 milhões. Em 2013, o valor dos benefícios do Bolsa Família pagos na Paraíba foi de R\$ 941,5 milhões.

Tabela 4

**Paraíba – Programa Bolsa Família
2004-2013**

| | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 |
|--|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| Número de famílias beneficiárias em dezembro | 273.135 | 337.001 | 406.904 | 416.863 | 410.707 |
| Valor dos benefícios (R\$) | 244.271.199,00 | 279.780.317,00 | 323.103.664,50 | 362.965.234,00 | 428.659.125,00 |
| | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 |
| Número de famílias beneficiárias em dezembro | 444.729 | 450.525 | 487.779 | 506.234 | 506.450 |
| Valor dos benefícios (R\$) | 477.455.184,00 | 529.853.753,00 | 630.550.390,00 | 738.085.404,05 | 941.564.574,00 |

Fontes: MDS / Ipeadata; Portal da Transparência.

Considerando que o PIB paraibano de 2011 foi da ordem de R\$ 35,44 bilhões, o valor total dos benefícios do Bolsa Família na Paraíba no mesmo ano, que superou os R\$ 630 milhões, foi equivalente a algo em torno de 1,8% do PIB estadual. Já em Princesa Izabel, a região geoadministrativa mais pobre do estado, o valor total de benefícios do Bolsa Família em 2009 representou mais de 4% do seu PIB daquele ano, que era pouco superior aos R\$ 308

milhões. Ainda em 2009, o valor dos benefícios pagos pelo Bolsa Família na Paraíba foi de R\$ 477,46 milhões, superior ao PIB da região de Princesa Isabel daquele ano²⁰.

HABITAÇÃO

Os dados relacionados ao programa Minha Casa Minha Vida na Paraíba, nas suas duas etapas, são apresentados pela Tabela 5.

Somados, os recursos aplicados pelas duas etapas do programa Minha Casa Minha Vida na Paraíba equivalem a perto de 13% do PIB estadual de 2011. Como resultado, o déficit habitacional na Paraíba caiu de 18,9% do total de domicílios no estado em 2000 para 11,2% em 2010, após ter atingido 9,6% em 2008 (Ministério das Cidades, 2003; Fundação João Pinheiro, 2013). O volume de recursos aplicados pelo Minha Casa Minha Vida é uma forte variável explicativa para o crescimento da indústria da construção civil paraibana nos últimos anos.

Tabela 5

Paraíba – Minha Casa Minha Vida
Janeiro 2014

| | Unidades contratadas | Unidades concluídas | Unidades para famílias com renda até R\$1,395 | Recursos aplicados (R\$ milhões)* |
|-------|-----------------------------|----------------------------|--|--|
| PAC 1 | 15.380 | 14.032 | 7.047 | 781,65 |
| | Unidades contratadas | Unidades concluídas | Unidades para famílias com renda até R\$1,395 | Recursos aplicados (R\$ milhões)* |
| PAC 2 | 53.284 | 29.088 | 22.076 | 3.727,95 |

Fonte: Caixa Econômica Federal. Disponível em: <http://wikicoi.planalto.gov.br/>

*Recursos aplicados: financiamentos + subsídios. Dados de janeiro de 2014.

EDUCAÇÃO

Os indicadores básicos de educação da Paraíba vêm apresentando sensível melhora nas últimas décadas, o que revela um resultado positivo do esforço de universalização do acesso à educação promovido pelo Estado brasileiro a partir da Constituição de 1988. Mas outras iniciativas promovidas no último decênio, como a criação do Fundeb e a expansão da rede pública federal dos ensinos superior e técnico, têm produzido resultados específicos que merecem destaque.

A taxa de analfabetismo na Paraíba teve redução expressiva nos últimos 20 anos, com destaque para os índices da população com menos de 15 anos. Nesta faixa etária, a taxa de analfabetismo era de 35% em 1990, tendo registrado forte queda para 10,61% em 2000 e atingido a marca de 5,39% em 2010,

20. Fontes: IDEME: 2011; Portal da Transparência do Governo Federal.

ainda superior à média nacional, de 3,24% para este mesmo ano. Já quando se considera a população de 25 anos ou mais, a taxa paraibana de analfabetismo caiu de 47,14% em 1990 para 36,18% em 2000, atingindo 27,42% em 2010, quase 2,5 vezes superior à média nacional, de 11,82% para este mesmo ano²¹.

Da mesma forma, apesar de haver uma queda no número de analfabetos funcionais na Paraíba, ele segue alto. Em 1992, a taxa de analfabetos funcionais no estado chegava a surpreendentes 55,10%, caindo para 44,8% em 2002 e chegando a 38,3% em 2005, segundo dados do IBGE. Dentre estes, a maioria masculina era evidente, com 41,5% de homens analfabetos funcionais contra 35,3% de mulheres²².

A escolaridade média dos paraibanos, medida pelos anos de estudo, também experimentou aumento significativo nas últimas duas décadas, passando de apenas 3,2 anos em 1992 para 4,6 anos em 2003, atingindo os 6 anos em 2011. Mais uma vez, verificamos que a última década fortaleceu um movimento de crescimento que já acontecia desde a anterior. A Tabela 6 apresenta estes resultados.

Tabela 6

Paraíba – Escolaridade médias - anos de estudo

1992- 2012

| 1992 | 1996 | 1998 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2011 |
|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| 3,6 | 4 | 4,6 | 4,4 | 4,6 | 4,8 | 5 | 5 | 5,2 | 5,5 | 5,6 | 6 |

Fonte: IBGE. Disponível em: <http://www.todospelaeducacao.org.br/>. Acesso em 21 dez. 2013.

Quanto às médias do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), a Paraíba também tem experimentado evolução. Em 2005, as notas do Ideb na Paraíba foram as seguintes: 5º ano – 3,0; 9º ano – 2,7; 3º ano do Ensino Médio – 3,0. Em 2011, estas notas haviam se elevado para: 5º ano – 4,3; 9º ano – 3,4; 3º ano do Ensino Médio – 3,3. A disparidade entre as notas das redes pública e privada de ensino, entretanto, é elevada. Em 2011, a rede pública de ensino na Paraíba obteve as seguintes notas no Ideb: 5º ano – 4,0 e 9º ano – 3,1²³. Já as notas da rede privada foram as seguintes: 5º ano – 5,9; 9º ano – 5,5; 3º ano do ensino médio – 5,3. As médias na Paraíba também estão inferiores à média nacional que, em 2011, foram as seguintes: 5º ano – 5,0; 9º ano – 4,1; 3º ano do ensino médio – 3,7²⁴.

21. Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano Municipal de 2013.

22. IBGE – Séries Históricas e Estatísticas.

23. Os dados para o 3º ano do Ensino Médio na rede pública não estavam disponibilizados na página do Inep/MEC na internet.

24. INEP / MEC. Disponíveis em: <http://ideb.inep.gov.br>. Acessos em 4 jan. 2014.

Tabela 7**Paraíba – Número de matrículas por nível de ensino
2004-2013**

| | Educação infantil (creche + pré-escola) | | Ensino fundamental | | Ensino médio | |
|-----------|--|---------|--------------------|---------|--------------|---------|
| | 2004 | 2013 | 2004 | 2013 | 2004 | 2013 |
| Estadual | 23.462 | 244 | 294.192 | 144.490 | 129.053 | 110.829 |
| Federal | 60 | 275 | 0 | 60 | 1.467 | 3.705 |
| Municipal | 90.906 | 94.383 | 477.453 | 342.581 | 7.541 | 1.631 |
| Privada | 34.190 | 42.796 | 71.962 | 107.453 | 22.761 | 22.539 |
| Total | 148.618 | 137.698 | 843.607 | 594.584 | 160.822 | 138.704 |

Fonte: INEP / Censo Escolar.

A Tabela 7 apresenta o número de matrículas em escolas das redes pública e privada de ensino na Paraíba, em 2004 e 2013, por nível de ensino. O que percebemos é um cenário de expressiva redução do número total de matrículas no estado, que se faz mais expressiva na rede estadual de ensino, uma vez que é possível perceber a existência de uma expansão da rede privada de ensino na educação infantil e no ensino fundamental. Considerada a população residente na Paraíba pelas faixas etárias correspondentes a cada nível de ensino, percebemos uma situação de déficit de vagas na rede educacional paraibana. Em 2010, residiam 352.612 pessoas na Paraíba com idade escolar de educação infantil (até cinco anos de idade), ante 601.268 pessoas na faixa etária do ensino fundamental (6 a 14 anos de idade) e 215.244 pessoas na faixa etária do ensino médio (15 a 17 anos de idade), segundo dados do Censo Demográfico de 2010 do IBGE²⁵. O déficit maior é na educação infantil, seguido do ensino médio e, por fim, do ensino fundamental.

Por outro lado, a expansão da rede federal de educação técnica e superior na Paraíba entre 2003 e 2010 foi muito importante. Ampliaram-se o número de vagas, mas também os *campi* federais nestes dois níveis de ensino, que aumentaram sua presença no interior do estado. Até 2003, a Paraíba contava com seis campi e 9.163 vagas no ensino técnico federal público. Entre 2003 e 2010, foram criados 3 novos campi, num adicional de 3.267 vagas. Já no ensino superior federal público, aos sete campi e 10.839 vagas existentes até 2002 foram adicionados cinco campi e 2.180 vagas entre 2003 e 2010²⁶. Tal ampliação pode ser percebida não apenas como um movimento de democratização do acesso à educação técnica e superior na Paraíba, mas também como

25. Disponíveis em: www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=pb&tema=censodemog2010_educ.26. Fonte: MEC. Disponíveis em: <http://wikicoi.planalto.gov.br>. Acesso em 13 out. 2014.

um vetor de desenvolvimento regional, já que a instalação de campi federais de ensino técnico e superior em municípios do interior do estado serve de atrativo para investimentos, gerando novas oportunidades, além de representar uma renovação do ambiente cultural local.

SAÚDE

A expectativa de vida na Paraíba, que era de 61,7 anos em 1991, elevou-se para 66,7 anos em 2002 e 70,1 anos em 2010; índices, porém que se mantêm abaixo da média nordestina, de 70,8 anos, e brasileira, de 73,4 anos em 2010²⁷. Da mesma forma, a taxa de mortalidade infantil no estado reduziu de 53,4 óbitos de crianças menores de um ano por mil crianças nascidas vivas, para 37,8 óbitos em 2003 e 18,2 em 2010²⁸. Estes dados, relacionados com os indicadores básicos de educação e com a melhora da renda *per capita*, ajudam a explicar a progressiva melhora do IDHM na Paraíba.

Quanto ao atendimento hospitalar, a relação de leitos por habitantes na Paraíba tem assistido a uma progressiva diminuição nos últimos 20 anos. Em 1990, o estado possuía 3,98 leitos a cada mil habitantes, média que caiu para 3,27 leitos em 2002, 2,52 leitos em 2005 e, finalmente, 2,16 leitos em 2009²⁹. Entretanto, subiu a relação de médicos por habitantes, dos 0,77 médicos por mil habitantes em 1990, para 0,96 em 2002 e 1,27 em 2009. Este número, entretanto, está abaixo da média nacional, que era de 1,87 médicos para cada mil habitantes em 2009³⁰.

SANEAMENTO BÁSICO, ELETRIFICAÇÃO E COLETA DE LIXO

A situação do saneamento básico na Paraíba se apresenta da seguinte maneira: em 2010, apenas 39,94% dos domicílios possuíam cobertura da rede geral de esgotos; 9,35% dispunham de fossa séptica; 5,53% não possuíam nenhum tipo de banheiro ou sanitário; e 45,17% dos domicílios tinham outros tipos de banheiro ou sanitário (Ideme, 2011). Tal cenário mostra uma enorme demanda por esgotamento sanitário no estado, que se torna mais grave na presente situação de crescimento imobiliário. A inexistência de banheiro ou sanitário domiciliar é mais um indicador da pobreza no estado que, como já demonstrado anteriormente, se agrava nas regiões geoadministrativas do estado com menor PIB. A região com maior número de domicílios sem banheiro, em 2010, era Itaporanga, onde 18,79% dos domicílios estavam nesta condição, seguida da região mais pobre do estado, Princesa Izabel, com 17,59%

27. Fonte: DATASUS.

28. Fonte: DATASUS.

29. Fonte: IBGE Séries Históricas e Estatísticas.

30. Fonte: IBGE Séries Históricas e Estatísticas.

dos domicílios sem banheiro. Em compensação, na região de João Pessoa, que concentra a maior parte do PIB estadual, apenas 0,90% dos domicílios não tinham banheiro em 2010, enquanto 4,42% dos domicílios da região de Campina Grande não tinham banheiro neste mesmo ano (Ideme, 2011).

Com relação à disponibilidade de água encanada, temos um cenário mais satisfatório no estado, apesar de ainda se manter atrás da média nacional de 92,72% de domicílios com água encanada³¹. Em 2010, 81,96% dos domicílios dispunham de água encanada, dados bem superiores aos de 1990, quando 50,47% não tinham água encanada, e de 2000, quando a água encanada chegava a menos domicílios paraibanos. Mesmo que a melhora da cobertura do serviço seja progressiva e positiva nas últimas duas décadas, o fato de mais de 18% dos domicílios do estado não possuírem água encanada é de uma gravidade do tamanho da urgência pela universalização deste serviço essencial à dignidade humana.

Já na cobertura de energia elétrica, a Paraíba vive um estágio de quase universalização do atendimento, pois 99,25% dos seus domicílios dispunham deste serviço em 2010. A região com maior número de domicílios sem energia elétrica naquele ano era Mamanguape, com 1,39% dos domicílios nesta condição. Mais uma vez, a região de João Pessoa é a que desfruta de condição mais confortável, com apenas 0,38% dos domicílios sem energia elétrica em 2010 (Ideme, 2011).

O crescimento exacerbado da proporção de paraibanos residentes em João Pessoa nas últimas décadas, certamente impulsionado pelo aumento da concentração do PIB nesta cidade, tem gerado impactos negativos sobre a vida urbana. Nada de diferente do que é observado no cenário nacional. A ausência de oportunidades nas distintas regiões do estado atrai mais pessoas para residir nas regiões mais ricas, como Campina Grande e João Pessoa; além disso, se sucede aumento do número de aglomerados subnormais igual à concentração de trabalhadores menos qualificados e pior remunerados nessas regiões. Em 2009, a população residente em aglomerados subnormais no estado era de 3,48%. Em João Pessoa, este percentual crescia para 12,69% dos domicílios, chegando a 7,86% em Bayeux – cidade localizada na periferia de João Pessoa – e a 7,56% em Campina Grande. Dos 90 aglomerados subnormais existentes na Paraíba em 2009, 59 estavam localizados em João Pessoa³².

31. Atlas do Desenvolvimento Humano Municipal 2013.

32. IBGE. Censo Demográfico 2010.

INFRAESTRUTURA

TRANSPORTES

O principal meio de transporte na Paraíba são as rodovias. A malha rodoviária total do estado, em 2010, era de 35.441,60 km, dos quais 1.673,00 km (ou 5% do total) eram rodovias federais; 4.851,60 km rodovias estaduais (14%) e; 28.917,00 km rodovias municipais (82%). Com relação ao tipo de pavimentação, apenas 3.434,90 km eram pavimentados, o equivalente a menos de 10% da malha rodoviária paraibana (DNIT apud BNB, 2011). Entretanto, quando consideramos as rodovias federais no estado, a proporção de quilômetros não pavimentados diminui sensivelmente, como podemos observar na Tabela 8.

Dentre as rodovias federais que atravessam o estado, merecem destaque: a BR-101, que corta a Paraíba no sentido norte-sul, desde a fronteira com o

Tabela 8

Paraíba – Extensão da malha rodoviária
2011

| Tipo de pavimento | Rede federal | | Rede estadual | | Rede municipal | | Total | |
|-------------------|--------------|----|---------------|----|----------------|-----|---------------|-----|
| | Extensão(Km) | % | Extensão (Km) | % | Extensão (Km) | % | Extensão (Km) | % |
| Pavimentadas | 1.232,60 | 74 | 2.152,30 | 44 | 50,00 | 0 | 3.434,90 | 10 |
| Não-pavimentadas | 65,20 | 4 | 2.644,10 | 54 | 28.867,00 | 100 | 31.576,30 | 89 |
| Planejadas | 375,20 | 22 | 55,20 | 1 | 0,00 | 0 | 430,40 | 1 |
| Total | 1.673,00 | 5 | 4.851,60 | 14 | 28.917,00 | 82 | 35.441,60 | 100 |

Fonte: DNIT apud BNB, 2011.

Rio Grande do Norte até a fronteira com Pernambuco, em paralelo ao Oceano Atlântico, num trecho recentemente duplicado pelo governo federal; a BR-230³³, que corta a Paraíba no sentido leste-oeste, partindo da cidade de Cabedelo, logo após o seu porto, até a fronteira com o Ceará, constituindo-se na “coluna vertebral” do estado, com mais de 500 km de extensão no território estadual, tendo sido duplicada com recursos federais no trecho entre João Pessoa e Campina Grande; a BR-104, ora em duplicação pelo governo federal, é a rodovia que liga Mossoró (RN) a Maceió (AL), atravessando a Paraíba e constituindo-se na ligação entre Campina Grande e Caruaru (PE); a BR-408, ligando Campina Grande a Recife e seu porto, caminho histórico para o comércio interiorano paraibano, também está sendo duplicada, na sua porção pernambucana, na altura da cidade de Carpina, através de recursos oriundos do PAC 2.

A Paraíba não conta com hidrovias e a degradação do Rio Paraíba, que dificulta a navegação em boa parte do seu percurso, é uma das responsáveis por esta situação. Atualmente, o estuário do Rio Paraíba, ligação importante do estado com o Porto de Cabedelo, permite apenas a navegação de embarcações com calado máximo de seis metros (BNB, 2011).

Os dois aeroportos estaduais já citados, de João Pessoa e de Campina Grande, também atendem ao transporte de cargas, ademais dos passageiros. A movimentação de cargas nestes aeroportos, entretanto, é muito discreta *vis a vis* outros aeroportos regionais. Em 2010, a movimentação de cargas no aeroporto Castro Pinto, em João Pessoa, foi de 2.490 toneladas, enquanto o aeroporto João Suassuna, em Campina Grande, movimentou 646 toneladas. Trata-se de um volume modesto quando consideramos outros aeroportos públicos localizados nos maiores estados do Nordeste, como o Luiz Eduardo Magalhães (BA), Pinto Martins (CE) e Guararapes (PE) que movimentaram, no mesmo ano, respectivamente, 58.517 toneladas, 55.075 toneladas e 44.279 toneladas (Viana, 2011).

Já o Porto de Cabedelo, o único localizado no estado, administrado pelo Governo do Estado, com calado de 9,14 metros – ou 30 pés – (BNB, 2011), ocupava, em 2010, a 12ª posição entre os 15 portos localizados no Nordeste com relação à movimentação de cargas (Viana, 2011). A tabela a seguir apresenta a movimentação de mercadorias no Porto de Cabedelo em 2011. Destaque-se o aumento do volume do desembarque e, principalmente, do embarque de mercadorias entre 2010 e 2011.

A malha ferroviária do interior da Paraíba, pertencente à empresa privada Transnordestina Logística S/A, encontra-se atualmente desativada. Cons-

33. A BR-230 é a “Rodovia Transamazônica”, e seu marco zero está justamente na cidade de Cabedelo-PB.

Tabela 9

Paraíba – Principais mercadorias movimentadas, por sentido e navegação - Porto de Cabedelo (toneladas) 2011

| | Desembarque | | | Embarque | | |
|--|-------------|-----------|-----------|-------------|-----------|---------|
| | Longo curso | Cabotagem | Total | Longo curso | Cabotagem | Total |
| Alcool etílico | 18.182 | - | 18.182 | 6.118 | - | 6.118 |
| Bentonita | 19.615 | - | 19.615 | - | - | - |
| Cimento | 117.528 | - | 117.528 | - | - | - |
| Combustíveis e óleos minerais e produtos | 35.895 | 677.283 | 713.178 | 4.026 | - | 4.026 |
| Coque de petróleo | 507.780 | - | 507.780 | - | - | - |
| Enxofre, terras e pedras, gesso e cal | - | - | - | 4.394 | - | 4.394 |
| Mármore/granito | - | - | - | 33.425 | - | 33.425 |
| Minérios escórias e cinzas | 69.855 | - | 69.855 | 71.005 | - | 71.005 |
| Produtos de perfumaria, cosméticos | - | - | - | 12.077 | - | 12.077 |
| Trigo | 177.758 | - | 177.758 | - | - | - |
| Total 2011 | 946.613 | 677.283 | 1.623.896 | 131.045 | - | 131.045 |
| Total 2010 | 711.793 | 600.170 | 1.311.963 | 46.332 | 12.200 | 58.532 |

Fonte: ANTAQ - Sistema de Informações Gerenciais apud BNB, 2011.

truída no século XIX, durante a maior parte do século XX esta ferrovia foi a principal via de ligação do interior do estado com a capital, até começar a se degradar a partir da década de 1960, principalmente, após a construção da BR-230. Boa parte da memória histórica e literária da Paraíba se relaciona com esta antiga ferrovia, como as obras de José Américo de Almeida e, principalmente, José Lins do Rego. A revitalização desta malha ferroviária, como um ramal paraibano da Ferrovia Nova Transnordestina, incluída nas obras do governo federal através do PAC, poderia representar um importante impulso para a economia paraibana.

A Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) atua na região metropolitana de João Pessoa, ligando os municípios de Santa Rita, Bayeux, João Pessoa e Cabedelo, com importante impacto para a mobilidade dos trabalhadores residentes na periferia oeste desta região, particularmente os que se dirigem para trabalhar em João Pessoa. A extensão desta via ferroviária metropolitana é de 30 km, distribuídos entre doze estações (BNB, 2011). Atualmente, o governo federal, através do PAC da Mobilidade Urbana e em convênio com a Prefeitura Municipal de João Pessoa, está em processo de modernização da

via férrea e dos trens da CBTU da região metropolitana de João Pessoa, que passará a operar com VLTs.

ENERGIA

A capacidade instalada de geração de energia elétrica na Paraíba é de 641.470 Kw, o que corresponde a aproximadamente 0,5% da capacidade instalada brasileira (Aneel, 2014). Destes, 69.000 Kw (10,76%) são produzidos por 13 usinas de energia eólica, 4.520 Kw (0,7%) por duas usinas hidrelétricas e 567.950 Kw (88,54%) são oriundos das oito usinas termelétricas instaladas no estado.

CONDICIONANTES AMBIENTAIS

A Paraíba possui 37 Unidades de Conservação (UC) da natureza (Ideme, 2011), sendo sete federais, sob responsabilidade do Instituto Chico Mendes (ICMBio); 16 estaduais – instituídas pelo órgão ambiental estadual, a Superintendência de Administração do Meio Ambiente (Sudema); cinco municipais (em Cajazeiras, Mataraca, Cabedelo, Cajazeiras e João Pessoa). Merecem destaque as nove Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN), sendo sete de jurisdição federal e duas de jurisdição estadual (*idem*). Por fim, tais unidades de conservação localizadas na Paraíba estão distribuídas entre os seguintes biomas: Mata Atlântica (21), Caatinga (12), Floresta Semidecidual (02) e Corais (01).

Dentre as UCs localizadas na Mata Atlântica, duas estão em terras indígenas, em três municípios do litoral Norte do estado (Baía da Traição, Marcação e Rio Tinto), próximos à fronteira com o estado do Rio Grande do Norte e sob jurisdição federal. Ainda na Mata Atlântica, destaque-se a transfronteiriça Reserva Extrativista de Acaú-Goiana, entre os municípios paraibanos de Pitimbu e Caaporã e o município de Goiana, em Pernambuco, uma área atualmente sob forte expansão industrial. Também no litoral Sul do estado, está localizada a Área de Proteção Ambiental (APA) de Tambaba, entre os municípios do Conde, Alhandra e Pitimbu, que tem sofrido pressão empresarial com vistas à construção civil, particularmente, para a edificação de equipamentos voltados ao turismo e aos condomínios de segunda residência. Como veremos adiante, esta região do estado é objeto de especulação imobiliária decorrente da expan-

são econômica e industrial da fronteira norte de Pernambuco. Destaque-se, por fim, neste bioma, a Área de Preservação Permanente da Mata do Buraquinho – também de jurisdição federal, instituída em 1989 e localizada em João Pessoa – considerada uma das maiores faixas nativas de Mata Atlântica dentro de área urbana do país, abrangendo o total de 472 hectares.

Na Caatinga, destacamos o Monumento Natural Vale dos Dinossauros, UC estadual instituída em 2002. Localizado na bacia do Rio do Peixe e abrangendo Sousa e mais dez municípios, conserva um sítio arqueológico com pegadas de dinossauros fossilizadas, demonstrando forte potencial turístico e científico. Destacamos, ainda, a RPPN Fazenda Tamanduá, no município de Santa Terezinha, próximo à cidade de Patos. Trata-se de uma experiência de agropecuária irrigada que, desde os anos 1970, compatibiliza a preservação ambiental com a produção orgânica de leite, queijos (em variedades tradicionais do Nordeste e outras francesas), mel, arroz e mangas, além da criação de caprinos e bovinos. Até os anos 1980, esta Fazenda produzia o algodão mocó, dizimado pela praga do bicudo. Esta é mais uma experiência que demonstra a viabilidade da agricultura irrigada e da pecuária, com culturas e raças de animais adaptáveis ao meio, no semiárido paraibano.

O Parque Estadual Marinho de Areia Vermelha, criado em 2000, é uma faixa de mar localizado no município de Cabedelo, abrangendo piscinas naturais, corais e um banco de areia que aparece à maré baixa, proporcionando um atrativo turístico muito disputado no estado. Por isso mesmo, trata-se de área sob forte pressão dos visitantes. A criação do Parque Estadual teve como finalidade ordenar a visitação do local, particularmente impedindo o acesso aos corais – que ficam na margem leste do banco de areia – e realizar atividades de educação ambiental com frequentadores e comerciantes do local. Como o “parque estadual” não é uma categoria de unidade de conservação prevista pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), faz-se necessária uma adequação legal, de modo a efetivar a proteção da área.

Na Paraíba, a Constituição Estadual de 1989 disciplina o uso da zona costeira do território estadual quanto às edificações. Desse modo, numa “faixa de 500 metros de largura, a partir da preamar de sizígia para o interior do continente”, a construção em áreas urbanizadas obedece “a um escalonamento de gabaritos a partir de doze metros e noventa centímetros, compreendendo pilotis e três andares, podendo atingir trinta e cinco metros de altura.” (CE/1989, artigo 229). Este artigo constitucional estendeu para todo o litoral do estado norma prevista por emenda de 1970 à Constituição Estadual de 1967, firmada pelo então governador João Agripino, que vedava a “construção de prédio com mais de dois pavimentos, na avenida da orla marítima, desde a Praia da

Penha até a Praia de Formosa” (Pereira, 2009, p. 18). Como resultado, o litoral paraibano ostenta uma paisagem distinta do tradicional “paredão de espigões” exibido pelas cidades litorâneas brasileiras. Esta é uma normativa que recebe grande adesão da população estadual, o que a torna, de alguma maneira, protegida da pressão do mercado imobiliário.

VIOLÊNCIA

É impactante a escalada da violência assistida na Paraíba na última década. A taxa de homicídios que era de 14,1 a cada 100 mil residentes em 2001, atingiu 42,7 em 2011, num crescimento de 202,3%. No mesmo período, entretanto, a taxa brasileira caiu de 27,8 homicídios a cada 100 mil habitantes para 27,1, enquanto que a taxa nordestina cresceu de 21,9 homicídios a cada 100 mil habitantes para 36,3 (Waiselfisz, 2013). O assustador nível de crescimento da taxa de homicídios no Nordeste, da ordem de 66%, entretanto, é mais de três vezes inferior ao observado na Paraíba. Esta realidade é expressa pelo Gráfico 11.

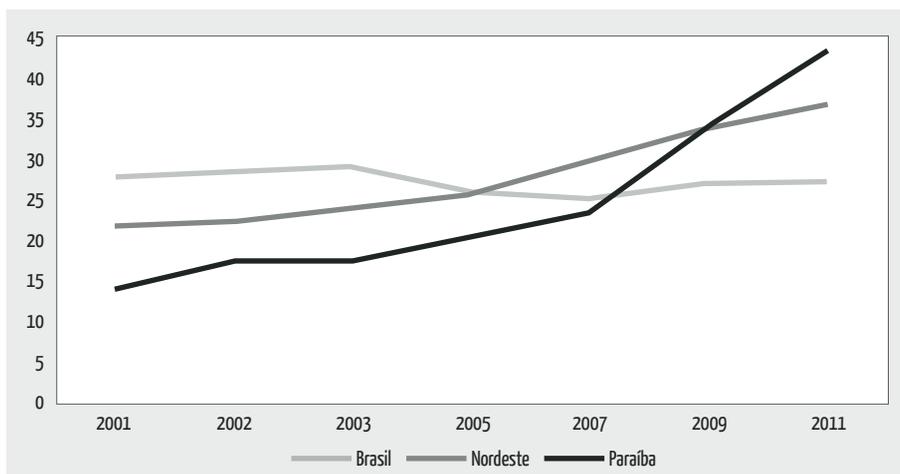
A taxa de 42,7 homicídios a cada 100 mil habitantes colocava a Paraíba como o terceiro estado com maior taxa de homicídios em 2011, enquanto em 2001 ele ocupava a 21ª posição neste indicador.

Dois dados adicionais chamam a atenção e colocam ainda mais gravidade a esta situação. Primeiro, o crescimento da taxa de homicídios entre os jovens paraibanos, que era de 27,6 homicídios a cada 100 mil habitantes em 2001 e atinge 88,2 em 2011, num crescimento da ordem de 219%. Considerada a taxa de homicídio juvenil, a Paraíba também ocupava a 3ª posição entre os estados da federação em 2011, ante a 19ª posição exibida em 2001.

Por fim, merece destaque negativo o crescimento do número de pessoas da cor negra assassinadas na Paraíba que passou de 432 em 2002 para 1.449 em 2011, correspondente a um aumento de 235,4%; enquanto que o número de assassinatos de pessoas de cor branca cresceu de 49 para 76 indivíduos

Gráfico 11

Brasil Nordeste e Paraíba – Taxas de homicídio na população total (por 100 mil habitantes)
2001 a 2011



Fonte: WASELFSZ (2013).

entre 2002 e 2011, o que equivale a um incremento de 55,1%. Quando considerados apenas os assassinatos de pessoas da cor negra, a taxa de homicídios na Paraíba cresce para 60,3 homicídios por 100 mil habitantes em 2011. É a segunda maior taxa nacional, atrás apenas da exibida pelo estado de Alagoas (Waiselfisz, 2013). Com o detalhe adicional de que os negros representam apenas 5,65% da população paraibana (Ideme, 2011).

Na última década, portanto, observamos não apenas um assustador aumento da violência, expresso pelo aumento na taxa de homicídios, como também uma situação de verdadeira chacina da população jovem e negra na Paraíba.

GESTÃO PÚBLICA ESTADUAL

FINANÇAS PÚBLICAS

No que toca às contas públicas, o governo do estado da Paraíba vem passando por uma melhora na última década, considerando a relação entre o total de receitas oriundas da arrecadação estadual e das transferências constitucionais e o volume das despesas.

Tabela 10

**Paraíba – Composição da receita do governo do estado
2003-2013**

| | 2003 | | 2013 | |
|--------------------------------|------------------|-------|------------------|-------|
| | R\$ | % | R\$ | % |
| ICMS | 1.007.196.337,06 | 38,40 | 3.761.794.197,31 | 43,39 |
| IPVA | 38.017.236,36 | 1,45 | 183.055.835,79 | 2,11 |
| Demais receitas | 518.827.561,28 | 19,78 | 1.328.947.323,74 | 15,33 |
| Transferências constitucionais | 1.058.539.012,36 | 40,36 | 3.396.631.389,85 | 39,17 |
| Total | 2.622.580.147,06 | 100 | 8.670.428.746,69 | 100 |

Fontes: SIAF-PB / Ministério da Fazenda - STN.

Observando os dados da Tabela 10, percebe-se que apesar de o crescimento das receitas de arrecadação própria do estado ter sido superior ao crescimento das transferências constitucionais – um positivo sinal de diminuição da dependência fiscal – esta redução foi discreta já que estas últimas passaram de 40,36%

da receita total do estado em 2003, a 39,17% em 2013. Por outro lado, mais significativo é o crescimento do volume do ICMS na receita estadual, denotando um reflexo direto do crescimento da economia, particularmente alavancado pelo comércio e pelo setor de serviços sobre as finanças públicas estaduais. Em valores correntes, entre 2003 e 2013, o ICMS arrecadado pela Paraíba cresceu 273,5%, enquanto as transferências constitucionais ao estado cresceram 220%.

Tabela 11

Governo da Paraíba – Despesa classificada por grupo de despesa (até dezembro) 2003-2013

| Descrição | 2003 | | 2013 | |
|----------------------------|------------------|-------|------------------|-------|
| | Executada (R\$) | % | Executada (R\$) | % |
| Pessoal e encargos sociais | 1.569.877.354,77 | 55,68 | 4.566.104.694,41 | 52,87 |
| Juros e encargos da dívida | 139.775.367,93 | 4,96 | 121.243.624,39 | 1,40 |
| Outras despesas correntes | 792.151.677,72 | 28,10 | 2.574.881.474,90 | 29,81 |
| Investimentos | 123.914.609,53 | 4,40 | 1.004.267.879,81 | 11,63 |
| Inversões financeiras | 39.698.604,77 | 1,41 | 118.510.795,07 | 1,37 |
| Amortização da dívida | 153.920.503,72 | 5,46 | 252.259.446,02 | 2,92 |
| Total | 2.819.338.118,44 | 100 | 8.637.267.914,60 | 100 |

Fonte: SIAF/PB.

Ao contrário de 2003, a despesa do governo do estado da Paraíba em 2013 foi inferior à sua receita total, o que é um indicador positivo. Da mesma forma, podemos destacar a diminuição do percentual das despesas do Executivo estadual com pessoal e encargos sociais, de 55,68% das despesas de 2003 para 52,87% em 2013, que no entanto, ainda se mantém acima das regras impostas pela lei de responsabilidade fiscal. Também se verifica uma diminuição do endividamento do estado entre 2003 e 2013, percebida na diminuição do volume despendido nas despesas com juros, encargos e amortização da dívida. Como consequência, chama a atenção o aumento da capacidade de investimento do estado, que cresce à medida que caem as despesas com pessoal e dívida pública. Em 2003, apenas 4,4% das despesas do governo do estado foram direcionadas aos investimentos, montante que subiu para 11,63% em 2013.

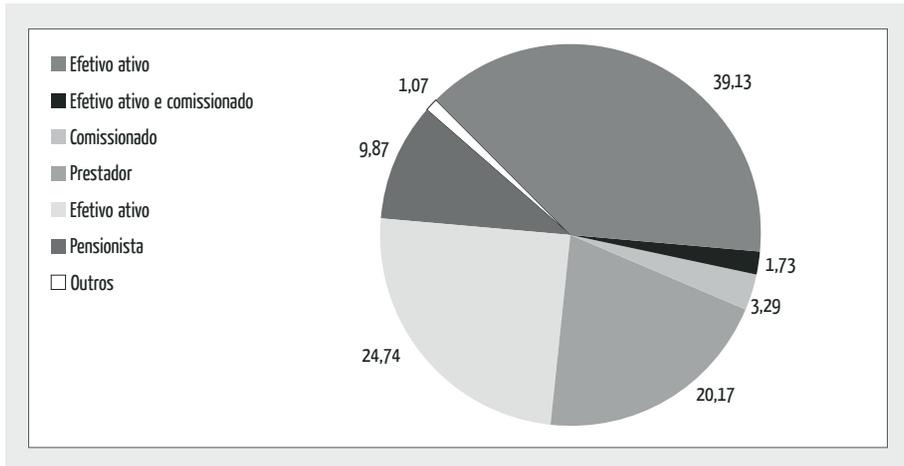
SERVIDORES PÚBLICOS E FOLHA DE PESSOAL

A folha de pessoal do Executivo estadual superou em 2013, os R\$ 3,16 bilhões, atendendo a 113.851 servidores, entre ativos e pensionistas³⁴.

34. Segundo dados do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, disponíveis em: http://sagres.tce.pb.gov.br/estado_pes-soal02.php. Acesso em 22 fev. 2014.

Gráfico 12

Paraíba – Descrição dos servidores/governo do estado (em %)
2013



Fonte: SAGRES/TCE-PB.

O Gráfico 12 descreve a composição dos servidores do governo do estado da Paraíba em 2013. O maior grupo é dos servidores efetivos ativos, representando 40,85% do total, seguido dos aposentados e pensionistas, que correspondem a 34,61%, e dos comissionados e prestadores de serviços não efetivos, que são 23,46% do total. Excluídos os inativos e pensionistas, o número de servidores efetivos estaduais sobe para 62,5% do total e os prestadores de serviço atingem 30,85%, número que demonstra o peso da máquina estadual.

POLÍTICA LOCAL

ELEITORADO

A Paraíba é o estado com o décimo quarto maior colégio eleitoral do país, sendo composto por 2.889.231 de eleitores³⁵, respondendo por 2,03% do eleitorado nacional. Na região Nordeste, é o quinto maior colégio eleitoral, atrás da Bahia, do Ceará, de Pernambuco e do Maranhão, respectivamente. João Pessoa (com 503.907 eleitores) – o maior colégio do estado – e Campina Grande (com 290.234 eleitores) concentram 27,5% do eleitorado paraibano. A região geoadministrativa de João Pessoa, com seus 14 municípios, responde por 852.981 eleitores, ou 29,5% do eleitorado estadual. Os terceiro e quarto maiores colégios eleitorais paraibanos – Santa Rita (com 90.112 eleitores) e Bayeux (com 70.531 eleitores) – estão localizados nesta região e têm, significativamente, menos eleitores que os dois maiores colégios eleitorais do estado.

Somados, os 20 maiores colégios eleitorais paraibanos – todos dispendo de mais de 20 mil eleitores – representam 50,5% do eleitorado estadual. Ou seja, se a concentração do eleitorado nas maiores cidades é evidente, as demais 203 cidades do estado, todas com eleitorado inferior aos 20 mil votantes, respondem por 49,5% do eleitorado estadual, cumprindo um papel fundamental, principalmente, nas disputas majoritárias.

As mulheres representam 52,66% dos eleitores enquanto que os homens representam 46,34%, o que deixa evidente a maioria feminina. O Grá-

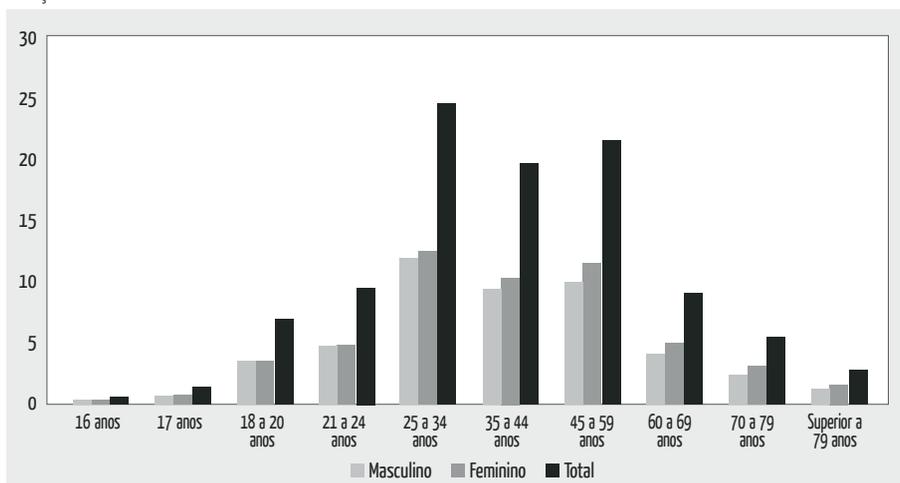
35. Todos os dados que trabalharemos neste artigo são de março de 2014, tendo como fonte as Estatísticas do Eleitorado do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

fico 13 apresenta a distribuição proporcional do eleitorado paraibano considerando sexo e faixa etária

Gráfico 13

Paraíba – Composição do eleitorado, por sexo e faixa etária (em %)

Março de 2014



Fonte: TSE / Estatísticas do Eleitorado.

Consideradas apenas as faixas etárias mais jovens, até os 24 anos, a composição do eleitorado por sexo é praticamente equivalente, como demonstrado no gráfico acima. Em todas as faixas etárias superiores aos 25 anos, entretanto, a maioria feminina se mostra evidente. As faixas etárias entre os 25 e os 59 anos, onde está presente o eleitorado adulto³⁶, respondem por 64,84%, enquanto que as faixas etárias inferiores aos 25 anos totalizam 18,11% e os idosos são 17,05% dos eleitores paraibanos.

ELEITORES FILIADOS A PARTIDOS POLÍTICOS

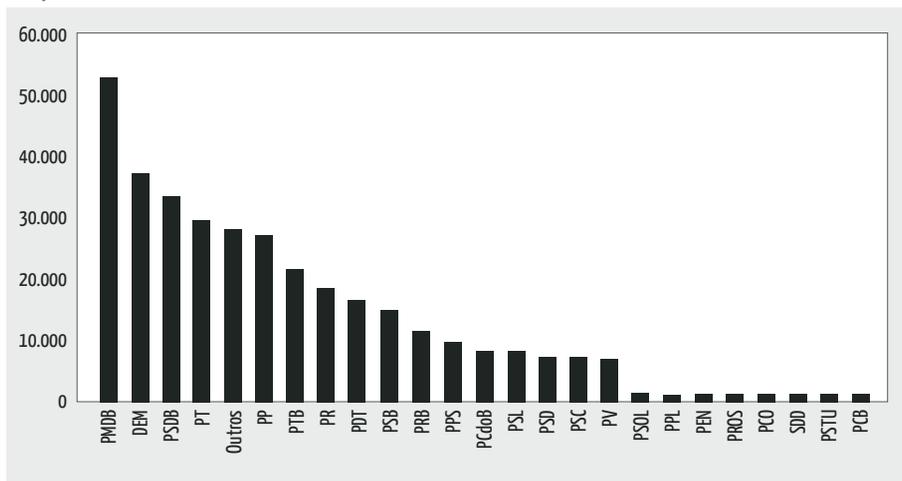
Na Paraíba 320.226 eleitores são filiados a algum partido político, o que equivale a pouco mais de 11% do eleitorado estadual. O Gráfico 14 apresenta a distribuição desse número entre os diferentes partidos políticos.

Os dois partidos mais tradicionais do estado, PMDB e DEM, principais herdeiros do sistema bipartidário vigente até 1979, ocupam os dois primeiros postos em número de filiados. Em seguida estão o PSDB – que incorporou parcela importante do espólio peemedebista no estado a partir da filiação aos seus qua-

36. Estamos aqui utilizando os já citados critérios do Estatuto do Idoso e do Estatuto da Juventude. Infelizmente, o TSE disponibiliza seus dados considerando uma faixa etária entre 25 e 34 anos.

Gráfico 14

Paraíba – Número de eleitores filiados a partidos políticos
Março de 2014



Fonte: TSE / Estatísticas do Eleitorado.

dros do grupo político vinculado à família Cunha Lima, em 2001 – e o PT (com 29.091 filiados), partido também antigo e com presença consolidada no estado.

Em seguida a estes, está um bloco de partidos médios – PP, PTB, PR, PDT e PSB, respectivamente. Destes, os quatro primeiros elegeram um deputado federal cada nas eleições de 2010 na Paraíba. O PSB apesar de não dispor de deputados federais na Paraíba, é o partido do atual governador do estado, e tem apresentado crescimento importante nos últimos quatro anos. Posteriormente, aparecem os partidos pequenos e, finalmente, os micro-partidos. Estes últimos estão representados no Gráfico 14 no item “outros”, aparecendo com destaque apenas os partidos da oposição de ultra-esquerda ao governo federal e os partidos de fundação mais recente. O PSD, também de fundação recente e ao qual é filiado o vice-governador do estado, saído do PSDB, incorporou prefeitos e demais lideranças interessadas a aproximar-se do governo estadual.

HISTÓRICO POLÍTICO E ELEITORAL

Até as eleições de 1994, a política da Paraíba se organizava praticamente com o mesmo formato dos momentos finais da ditadura civil-militar. De um lado, o PMDB, que elegeu os governadores do estado em 1986, 1990, 1994 e 1998, apoiado pelo então mediano PSDB – que podia ser considerado seu partido satélite – e por outros partidos pequenos de centro-esquerda. Na sua oposição estava um bloco conservador liderado pelo PFL/PDS/PDT, cuja últi-

ma vitória eleitoral foi para o governo do estado em 1982. Por fim, aparecia o grupo liderado pelo PT, como oposição de esquerda. Os demais partidos de esquerda – PCB/PPS, PCdoB e PSB – estiveram com o PMDB em 1986 e com o PT em 1990. Já em 1994, o PPS/PCB ficou com o PMDB, e com o PT ficaram PCdoB e PSB – mesmo que este último tenha se dividido, com um grupo apoiando o candidato do PMDB ao governo do estado, Antônio Mariz. No 2º turno daquelas eleições, estes três partidos apoiaram Mariz, caminho seguido por boa parte do PT (que, oficialmente, não apoiou nenhum candidato).

Mariz foi eleito governador, mas veio a falecer em setembro de 2005, poucos meses após sua posse. O seu vice, José Maranhão, ao assumir o governo, incorporou à sua base aliada todos os partidos do bloco conservador, até então sua oposição. Entretanto, uma crise no interior do PMDB fez surgir uma nova oposição conservadora no estado. A família Cunha Lima, do ex-governador Ronaldo e do então prefeito de Campina Grande Cássio, passou a disputar com José Maranhão o controle do PMDB, logo após a morte de Mariz. Em 1998, Ronaldo e José Maranhão disputaram uma prévia interna para escolher o candidato a governador do PMDB, vencida por José Maranhão. Nas eleições daquele ano, José Maranhão disputou a reeleição ao governo com o apoio de praticamente todos os partidos atuantes no estado, contra uma aliança formada pelo PT, PCdoB e PSB, este último indicando como candidato a governador um então deputado federal ligado à família Cunha Lima, Gilvan Freire. José Maranhão foi eleito no 1º turno, com mais de 80% dos votos.

A partir de então a realidade partidária no estado ficou mais complexa, com a ruptura definitiva entre o governador José Maranhão e a família Cunha Lima e seus aliados, que deixou o PMDB para se filiar ao PSDB, em 2001 – após ter feito uma aliança com o PT nas eleições municipais de Campina Grande, em 2000, quando Cássio foi eleito prefeito tendo como vice Cozete Barbosa, do PT. Nas eleições para governador de 2002, o PSDB indicou Cássio Cunha Lima como candidato ao governo do estado, com o apoio do PFL e de outros partidos menores, como o PV, o PDT e o PSB. Já o PMDB indicou a candidatura de Roberto Paulino, em aliança com o PPB, o PPS e outros partidos menores. O PT indicou o então deputado federal Avenzoar Arruda como seu candidato a governador, aliado ao PCdoB e – em sintonia com a nova política de alianças nacional do PT – com novos aliados de centro-direita, como o PSC e o PL. Avenzoar terminou as eleições com quase 13% dos votos, tendo obtido expressivos 27,3% em João Pessoa, pouco atrás de Cássio – apoiado pelo então prefeito Cícero Lucena – com 30,49%. O 2º turno foi disputado por Cássio e Roberto Paulino, com a vitória do primeiro. A novidade desta eleição foi que o PMDB da Paraíba, nacionalmente aliado ao PSDB desde 1994, declarou

apoio à candidatura de Lula já no 1º turno. Assim, no 2º turno, todas as forças que apoiavam nacionalmente a candidatura de Lula se uniram na Paraíba em torno do palanque de Roberto Paulino, dando início a uma aproximação entre o PMDB e o PT paraibanos, até então adversários. Lula – que havia obtido 50,81% dos votos de João Pessoa em 1998, contra apenas 27,91% de FHC – vence as eleições de 2002 na Paraíba nos dois turnos.

As eleições municipais de 2004 em João Pessoa tiveram forte influência para a renovação do cenário político paraibano. Entusiasmado com o desempenho eleitoral do seu candidato a governador na cidade em 2002, o PT decidiu apresentar a candidatura de Avenzoar a prefeito, esperando o apoio do PMDB. Ocorre que o então deputado estadual Ricardo Coutinho, o mais votado no estado em 2002, tendo recebido impressionantes 12% dos votos válidos em João Pessoa, trocou o PT pelo PSB, visando sua candidatura a prefeito e descumprindo o acordo que havia feito em 2002, quando ainda estava no PT, de apoiar a candidatura de Avenzoar a prefeito de João Pessoa em 2004, caso este não fosse eleito governador. Na dianteira em todas as pesquisas, Ricardo Coutinho acabou atraindo o apoio não apenas do PMDB, que indicou o seu vice, como também do PCdoB, do PPS e do PCB, que então apoiavam o governo Lula. Ao PT restou apresentar a candidatura de Avenzoar junto com dois micro-partidos de centro-direita. Ricardo Coutinho findou eleito no 1º turno, com 64,5% dos votos, derrotando o candidato do PSDB – o deputado Ruy Carneiro – e muito distante de Avenzoar, que obteve apenas 3,5% dos votos. A partir destas eleições, Ricardo Coutinho projetou-se como a principal liderança emergente no estado, e foi ator decisivo nas eleições seguintes.

Em 2006, os partidos da base do governo Lula se reuniam na Paraíba em torno da candidatura de José Maranhão ao governo do estado. O PT indicou o vice-governador da chapa, Luciano Cartaxo, e a vaga do senado foi ocupada pelo então candidato à reeleição Ney Suassuna, do PMDB. PSB e PCdoB figuraram na coligação apenas como apoiadores. Abertas as urnas, estas candidaturas foram derrotadas pela aliança de centro-direita que elegeu o ex-prefeito de João Pessoa Cícero Lucena, do PSDB, para o senado e Cássio Cunha Lima do PSDB como governador reeleito, tendo como vice José Lacerda Neto, do PFL. Já nas eleições presidenciais, Lula foi o primeiro colocado na Paraíba nos dois turnos.

Ocorre que a eleição de Cássio foi contestada na justiça eleitoral com base em uma denúncia de uso irregular de um programa social do governo do estado, com finalidades eleitoreiras. A denúncia foi acatada pela justiça eleitoral nas instâncias estadual e nacional e, em fevereiro de 2009, Cássio foi cassado do cargo de governador da Paraíba, assumindo em seu lugar o segundo colocado nas eleições de 2006, José Maranhão.

Nas eleições municipais de 2008, entretanto, Ricardo Coutinho havia sido reeleito prefeito de João Pessoa no 1º turno, com 74% dos votos, tendo obtido o apoio dos mesmos partidos que lhe haviam apoiado em 2004, mais o PT. O detalhe é que, desta feita, o vice-prefeito era do próprio PSB, e não de um partido aliado. Em Campina Grande, o prefeito do PMDB, Veneziano Vital do Rego, também foi reeleito – mas em 2º turno – em nova eleição apertada contra o candidato do PSDB, Rômulo Gouveia, reeditando a mesma disputa do 2º turno de 2004.

Nas eleições de 2010, José Maranhão apresentou sua natural candidatura à reeleição, apoiando a candidatura de Dilma Rousseff. Compuseram sua chapa como candidato a vice-governador o deputado Rodrigo Soares, do PT, e os dois candidatos a senador foram Vital do Rego Filho e Wilson Santiago, do PMDB. Apoiavam ainda a candidatura de José Maranhão o PCdoB, o PR e outros pequenos partidos. A grande novidade desta eleição, entretanto, foi a candidatura de Ricardo Coutinho a governador, tendo como vice o deputado Rômulo Gouveia, do PSDB, e candidatos a senador Cássio Cunha Lima, do PSDB, e Efraim Morais, do DEM – este, um antigo adversário do governo Lula no senado. Filiado ao PSB, partido que apoiava nacionalmente a candidatura de Dilma, Ricardo Coutinho não teve dificuldade de romper com seus tradicionais aliados de centro-esquerda, apoiando dois grandes adversários do projeto nacional que seu partido então fazia parte.

A aliança do PSB com o PSDB e o DEM, agregando ainda o PPS e o PDT, foi a grande novidade política das eleições de 2010 no estado, e contou com o aval e a articulação de Eduardo Campos e de Aécio Neves – com quem tanto Cássio como Efraim Morais têm estreita relação política. Efraim foi vice-presidente da Câmara dos Deputados quando Aécio Neves era presidente, no segundo mandato de FHC. Trata-se, portanto, de um primeiro ensaio de aproximação do PSB com as forças partidárias de centro-direita, que também se repetiu naquela eleição em outros estados, como São Paulo, Minas Gerais e Paraná. Mas esta aliança provocou uma fissura no tucanato paraibano, pois o senador Cícero Lucena, aliado histórico da família Cunha Lima – Cícero foi vice-governador de Ronaldo, eleitos em 1990 –, é adversário de Ricardo Coutinho em João Pessoa. Ricardo Coutinho venceu o 1º turno e foi eleito governador no 2º turno, derrotando José Maranhão. Foram eleitos senadores Cássio Cunha Lima e Vital do Rego Filho – dois políticos com base eleitoral em Campina Grande.

Nas eleições para a Presidência da República, Dilma obteve expressiva vitória nos dois turnos no estado. Estes dados são apresentados pela Tabela 12, que traz também os dados da eleição presidencial de 2010 em João Pessoa e em Campina Grande.

Tabela 12**Paraíba – Eleições presidenciais (%)**
2010

| | | Paraíba | João Pessoa | Campina Grande |
|----------|--------|----------------|--------------------|-----------------------|
| 1º turno | Dilma | 53,21% | 41,62% | 27,26% |
| | Serra | 28,43% | 34,08% | 43,00% |
| | Marina | 17,64% | 23,25% | 28,77% |
| 2º turno | Dilma | 61,55% | 58,47% | 39,79% |
| | Serra | 38,45% | 41,53% | 60,21% |

Fonte: TRE-PB.

Considerados os resultados de João Pessoa e de Campina Grande nos dois turnos de 2010 para as eleições presidenciais, vemos que os resultados dos dois maiores colégios eleitorais do estado contribuíram para “puxar para baixo” a votação de Dilma na Paraíba. Por outro lado, o fato de Dilma ter obtido uma votação proporcionalmente mais expressiva no conjunto do estado do que nestas duas cidades indica o tamanho da sua candidatura nas pequenas cidades do interior do Nordeste.

O peso eleitoral do PSDB para a eleição de Ricardo Coutinho pode ser medido pela composição da Assembleia Legislativa e da bancada paraibana na Câmara dos Deputados após as eleições de 2010. Estes dados são demonstrados pela Tabela 13.

Tabela 13**Paraíba – Deputados estaduais e federais eleitos por partido**
2010

| | Deputado estadual | Deputado federal |
|------|--------------------------|-------------------------|
| PMDB | 9 | 5 |
| DEM | 5 | 1 |
| PSB | 3 | - |
| PSC | 3 | - |
| PSDB | 3 | 2 |
| PT | 3 | 1 |
| PPS | 2 | - |
| PSL | 2 | - |
| PTN | 2 | - |
| PDT | 1 | 1 |
| PP | 1 | 1 |
| PR | 1 | 1 |
| PTB | 1 | - |

Fonte: TRE-PB.

O PSB não elegeu deputados federais em 2010 na Paraíba. Dos três deputados estaduais que elegeu, dois eram vinculados à família Cunha Lima e o terceiro, um vereador de João Pessoa, desfilou-se do PSB no meio do seu mandato de deputado, participando da fundação do Partido Ecológico Nacional (PEN) que, na Paraíba, foi fundado sob a órbita da família Cunha Lima. Deputados estaduais eleitos por outros partidos além do PSDB, como o PTB, o DEM e o PTN, também podem ser considerados vinculados à família Cunha Lima.

Em termos parlamentares, o partido que saiu maior das eleições de 2010 na Paraíba foi o PMDB, que pode ser resultado do peso da sua tradição no estado. A derrota de José Maranhão pode ser percebida como uma incapacidade da sua campanha de se afirmar como um candidato detentor de um programa de renovação para a Paraíba, desprezando o capital político agregado à sua candidatura pela aliança com Dilma.

As eleições municipais de 2012 foram disputadas nas duas maiores cidades do estado sem os seus respectivos alcaides disputando a reeleição. Em Campina Grande, o prefeito Veneziano Vital do Rego já havia sido reeleito em 2008, como vimos. Em João Pessoa, o então prefeito Luciano Agra, que substituiu Ricardo Coutinho quando este assumiu o governo do estado em 2011, desfrutava de boa avaliação na opinião pública no início do ano eleitoral, mas foi preterido da disputa à prefeitura quando o seu partido, o PSB, negou-lhe a legenda. Em seu lugar, este indicou a candidatura de Estelizabeth Bezerra, que passou a contar com o apoio do governador Ricardo Coutinho, mandatário absoluto do seu partido no estado. Estelizabeth se aliou com o DEM, partido que indicou seu candidato a vice, o deputado federal Efraim Morais Filho, com o PCdoB, o PDT e outros pequenos partidos.

Como resultado, Luciano Agra passou a apoiar a candidatura de Luciano Cartaxo, do PT, indicando seu candidato a vice, Nonato Bandeira – outro antigo aliado de Ricardo Coutinho –, do PPS. Completaram a aliança de Luciano Cartaxo o PP, o PSC e o PRB. O PSDB apresentou a candidatura do senador Cícero Lucena que, tendo sido prefeito de João Pessoa por dois mandatos (1996-2004), desfruta de importante base eleitoral na cidade, a despeito de ter enfrentado vários processos quando saiu da prefeitura. Por fim, o PMDB de João Pessoa não mostrou reciprocidade com os apoios anteriormente recebidos do PT, e apresentou a candidatura de José Maranhão à prefeitura, em aliança com o PTB e o PR.

A campanha foi apertada, mas a partir do final de agosto Luciano Cartaxo assumiu a dianteira das pesquisas, deixando os demais candidatos em disputa pela vaga restante no 2º turno. Abertas as urnas, as previsões das pesquisas se confirmaram e Luciano Cartaxo foi o mais votado com 38,32%,

mais que o dobro dos votos do “lanterninha” da disputa, José Maranhão, que obteve 18,87% dos votos. Já a disputa para a segunda colocação foi acirrada, sendo vencida por Cícero Lucena, com 20,27% dos votos, contra 20,08% de Estelizabel Bezerra. No 2º turno, o governador Ricardo Coutinho não apoiou nenhum candidato. Luciano Cartaxo foi eleito prefeito de João Pessoa no 2º turno com 68,13% dos votos, sendo o primeiro prefeito do PT na cidade, e também o único prefeito que o PT elegeu em capitais nordestinas em 2012.

Em Campina Grande, o PMDB apresentou a candidatura à prefeitura de Tatiana Medeiros, em aliança com o PR. Já o PSDB teve como candidato o deputado Romero Rodrigues, tendo como vice seu companheiro de partido Ronaldo Cunha Lima Filho –, respectivamente, primo e irmão do senador Cássio. Romero recebeu o apoio de todos os partidos aliados do governo do estado. Já o PP apresentou a candidatura da deputada estadual Daniela Ribeiro, irmã do deputado federal e ex-Ministro das Cidades Aguinaldo Ribeiro. O PT, que havia participado das duas gestões de Veneziano na prefeitura de Campina Grande, decidiu abandonar a prefeitura para apoiar a candidatura do PP, de quem indicou o vice. Entretanto, um grupo minoritário do PT recorreu à justiça contra esta aliança, alegando descumprimento das normas partidárias, e conseguiu registrar a candidatura a prefeito do presidente municipal do PT, Alexandre Almeida, um ex-secretário de Veneziano. Foi formalmente desfeita, assim, a aliança com o PP, apoiada pela imensa maioria da militância petista campinense.

Romero Rodrigues foi o mais votado no 1º turno, com 44,94% dos votos, disputando o 2º turno com Tatiana Medeiros, que obteve 30% dos votos. Já a deputada Daniela Ribeiro, que começou a eleição na dianteira das pesquisas, obteve 16,8% dos votos, enquanto que Alexandre Almeida recebeu minguados 1,17%, ainda abaixo dos candidatos Guilherme Almeida, do PSC, com 3,16%, e Artur Bolinha, do PTB, com 2,84% dos votos. O PT de Campina Grande findou as eleições de 2012 sem eleger sequer um vereador. Romero Rodrigues foi eleito prefeito de Campina Grande no 2º turno, com quase 60% dos votos.

A Tabela 14 apresenta o número de prefeitos e vereadores eleitos pelos partidos na Paraíba em 2012.

O mais surpreendente desta eleição foi a estratégia suicida do governador Ricardo Coutinho de, para não ver contestada sua liderança absoluta no interior do seu partido, substituir um candidato competitivo por uma candidata desconhecida na disputa de João Pessoa. Como resultado, não apenas criou um novo adversário – Luciano Agra, que levou consigo outros aliados históricos do governador, dos quais o mais representativo é Nonato Bandeira –,

Tabela 14**Paraíba – Prefeitos e vereadores eleitos por partido
2010**

| | Prefeitos | Vereadores |
|--------|-----------|------------|
| PMDB | 58 | 388 |
| PSB | 35 | 215 |
| PSDB | 29 | 233 |
| DEM | 23 | 209 |
| PSD | 16 | 198 |
| PR | 12 | 132 |
| PTB | 12 | 132 |
| PSC | 9 | 62 |
| PT | 6 | 111 |
| PP | 4 | 87 |
| PDT | 3 | 63 |
| PPS | 3 | 66 |
| PRB | 2 | 38 |
| PCdoB | 0 | 33 |
| Outros | 10 | 218 |

Fonte: TRE-PB.

como também foi derrotado na sua principal base eleitoral pelo seu adversário mais antigo, o ex-prefeito Cícero Lucena. Mesmo assim, o PSB, que teve um desempenho medíocre nas eleições parlamentares de 2010, saiu das eleições de 2012 como o segundo partido que mais elegeu prefeitos no estado, atrás apenas do tradicional PMDB, suplantando o PSDB e o DEM. Chama a atenção também o número de prefeitos eleitos pelo PSD, que na Paraíba surgiu como uma dissidência do PSDB, liderada pelo vice-governador Rômulo Gouveia.

No início de 2014, o senador Cássio Cunha Lima rompeu a aliança com o governador Ricardo Coutinho, apresentando sua candidatura ao governo do estado pelo PSDB. Levou consigo a maioria dos deputados estaduais que, até aquele momento, compunham a base governista na Assembleia Legislativa. Pela oposição, o PMDB apresenta a candidatura do ex-prefeito Veneziano Vital do Rego, recebendo apoio do PT – que deve participar da sua chapa indicando o candidato a senador, Lucélio Cartaxo, presidente do PT de João Pessoa e irmão do prefeito Luciano Cartaxo – e fazendo palanque para Dilma no estado. Ricardo Coutinho, até o momento em que finalizamos este artigo³⁷, tem o apoio formal do PCdoB e do DEM – cujo presidente estadual, Efraim Morais,

37. Em maio de 2014.

já afirmou que não vai punir eventuais dissidentes que apóiem a candidatura de Cássio Cunha Lima.

Mais do que os partidos, entretanto, os grupos políticos reais da Paraíba são as famílias, algumas das quais remanescentes da Primeira República na disputa e ocupação dos espaços de poder. As eleições municipais, no mais das vezes, são polarizadas pelas famílias rivais. O PMDB, o PSDB e o DEM, por exemplo, funcionam na Paraíba como federações de famílias locais, hegemônicas por uma que tem ascendência sobre o conjunto ou parte importante do estado. Já outros partidos médios, como o PSB, o PSD, o PTB, o PP, o PDT e o PR, tendem a ser dirigidos monocraticamente por uma liderança estadual, normalmente um deputado federal ou, no caso do PSD, o vice-governador Rômulo Gouveia, e do PSB, o governador Ricardo Coutinho. A exceção a esta regra são principalmente os partidos de esquerda, como o PT e o PCdoB, que assumem uma feição organizativa mais institucionalizada.

Como resultado, a formação das alianças entre os partidos tendem a seguir critérios exclusivamente pragmáticos, baseados nos cálculos eleitorais, e nunca programáticos ou mesmo de afinidade histórica, como observado no estado, ao menos, até 1994. Por isso mesmo, até a segunda quinzena de abril de 2014, quando se consolidou a aliança do PT com o PMDB, todas as forças (partidos) políticas estaduais dialogavam, ao mesmo tempo, com as três candidaturas postas para o governo do estado. Desse modo, qualquer cenário era possível àquele momento, e nenhuma hipótese de aliança poderia ser considerada absurda ou fruto de boato ou especulação.

CONCLUSÃO

A Paraíba experimentou na última década um espetacular crescimento da sua economia. O PIB estadual teve uma elevação da ordem de 185% entre 2002 e 2011, segundo dados do Ideme. Da mesma forma, cresceu a renda *per capita* do paraibano. Neste caso, houve uma elevação de 164% no mesmo período. Ou seja, observou-se nesta primeira década do século XXI uma virtuosa combinação de elevação da atividade econômica e da renda média da população do estado.

Este crescimento econômico veio puxado, sobretudo, pela expansão do setor de serviços – com destaque para o comércio – e da indústria da construção civil. A indústria de transformação perdeu espaço para os já citados segmentos da economia paraibana, mesmo que também tenha experimentado crescimento absoluto. Associado a este cenário global de crescimento econômico, houve um importante movimento de formalização do emprego no estado, com destaque para a geração de empregos nos segmentos da economia que mais cresceram – serviços, comércio e construção civil. Esta não é uma situação divergente do observado no cenário nacional neste início de século em que, conforme afirma Marcio Pochmann,

somente o setor terciário tem registrado aumento na sua posição relativa em relação ao PIB. Entre 1980 e 2008, o setor terciário aumentou seu peso relativo em 30,6%, respondendo atualmente por dois terços de toda a produção nacional, enquanto os setores primários e secundários perderam 44,9% e 27,7%, respectivamente, de suas participações relativas no PIB. (Pochmann, 2012, p. 16-17)

Como vimos, as políticas federais de ativação do mercado interno e de transferência de renda aos mais pobres tiveram seu impacto para este cenário na Paraíba.

Entretanto, ainda segundo Pochmann, a remuneração média da maioria das ocupações criadas na última década está próxima ao salário-mínimo nacional, de forma que “uma das principais características do capitalismo brasileiro foi a passagem da sociedade agrária para a urbano-industrial, assentada fundamentalmente na condição de uma economia de baixos salários” (Idem, p. 23). De novo, esta situação corresponde à realidade paraibana. Como vimos, mais de 65% dos domicílios paraibanos apresentavam renda mensal *per capita* de até um salário-mínimo. Nada leva a crer, portanto, que a Paraíba da última década tenha assistido ao surgimento de uma “nova classe média”, mas a política de valorização real do salário-mínimo também colaborou positivamente para a redução da pobreza e para a melhoria da qualidade de vida da massa trabalhadora no estado.

A agricultura paraibana, que já estava em crise desde os anos 1990, vivencia, hoje, uma retração, principalmente relacionada à sazonalidade da atividade imposta pelos períodos de longa estiagem. Celso Furtado já alertava, desde os anos 1950, para a instalação de uma economia inadequada às condições naturais no semiárido nordestino, defendendo que sua substituição por atividades resistentes à seca é tarefa central para o desenvolvimento do Nordeste. Por exemplo, o turismo rural, cultural ou de base comunitária é uma possibilidade em diversos espaços nordestinos e paraibanos. Entretanto, por todo o Nordeste têm se proliferado, nas últimas décadas, experiências exitosas de agricultura irrigada, favorecendo sobretudo a fruticultura para a exportação. Se o caso principal é o Vale do São Francisco, entre Bahia e Pernambuco, a Paraíba também tem seus exemplos de sucesso, como as “Várzeas de Sousa”, dentre outras situações específicas. Natuba, município localizado no Cariri paraibano, tem se notabilizado pela produção irrigada de uva, por exemplo. As obras de expansão dos recursos hídricos, para a irrigação e o abastecimento da população, das indústrias e do setor de serviços, são fundamentais para o desenvolvimento do estado, para a desconcentração da atividade econômica pelo conjunto do território e para a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Outro aspecto para superar as dificuldades da seca além dessa expansão é a construção de cisternas; é necessário lembrar que esta tem sido uma matéria que tem recebido muitos investimentos federais na Paraíba, através do PAC.

O elevado nível de concentração da atividade econômica nas suas duas maiores regiões geoadministrativas, João Pessoa e Campina Grande, é uma das principais características econômico-sociais da Paraíba, e representa um

dos maiores entraves ao desenvolvimento e à redução da pobreza no estado. Como vimos, há uma relação entre a participação das regiões geoadministrativas no PIB estadual e o número de domicílios em situação de extrema pobreza em cada uma dessas regiões. Se a concentração demográfica e econômica nas regiões litorâneas é uma marca histórica do Brasil desde o período colonial, na Paraíba esta situação vem se agravando nas últimas décadas, inclusive na atual. Já quando consideramos apenas as regiões não litorâneas do estado, a concentração econômica em Campina Grande também vem se intensificando. As elites políticas estaduais, portanto, não se preocuparam em construir um modelo de desenvolvimento para a Paraíba que dinamizasse a economia das demais regiões do estado.

Em Pernambuco, entretanto, essa política de desenvolvimento para todo o estado e não apenas algumas poucas regiões foi levada a cabo, e se reflete nesta última década, num nível de crescimento superior à Paraíba, tanto em termos quantitativos como também qualitativos. Estamos nos referindo aqui ao surgimento de novos polos industriais naquele estado, como o entorno do complexo portuário de Suape, mas principalmente o polo farmacológico que se instala próximo à fronteira com a Paraíba, na cidade de Goiana, impulsionado pela fábrica da Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (Hemobras), além da fábrica da Fiat. A Hemobras, localizada a poucos passos da fronteira com a Paraíba, representa uma importante contribuição para a economia daquele estado, sobretudo pelo seu potencial de geração de empregos de qualidade, de arrecadação de tributos e de investimento em pesquisa e inovação.

A especulação imobiliária parece ser um dos legados deste desenvolvimento industrial do pujante estado vizinho à Paraíba. Como a cidade de Goiana está praticamente equidistante entre João Pessoa e Recife, e como o trajeto de Goiana para João Pessoa – via BR-101, duplicada pelo governo federal – é muito mais rápido do que para Recife, há uma previsão de que “João Pessoa terá o maior crescimento imobiliário de sua história” (Brito, 2013) nos próximos anos. Como resultado, dois condomínios de luxo, de empresas urbanizadoras de renome nacional, já estão sendo construídos na periferia de João Pessoa, às margens da BR-101 e a menos de meia hora de Goiana. Já uma área urbana “de luxo” da capital paraibana (o bairro do Altiplano) teve seu zoneamento alterado por decreto municipal, de modo a permitir que, num espaço localizado sobre uma falésia e com vestígios de Mata Atlântica, se construíssem “espigões” de alto padrão. Por fim, a fronteira sul de João Pessoa, caracterizada pela existência de um “cinturão verde” e de vários rios que deságuam no mar, está sendo parcelada em loteamentos populares, que o mercado

imobiliário local prevê que serão ocupados pelos trabalhadores das fábricas pernambucanas, enquanto que seus gerentes e diretores preferirão as habitações de luxo (Idem). Para além do problema ambiental e do impacto que uma explosão imobiliária pode ter para a qualidade de vida da região metropolitana de João Pessoa, parece se configurar um cenário em que, como subproduto da industrialização da fronteira norte de Pernambuco, a Paraíba pode ter seu litoral sul, a partir de João Pessoa, transformado em “cidade dormitório”.

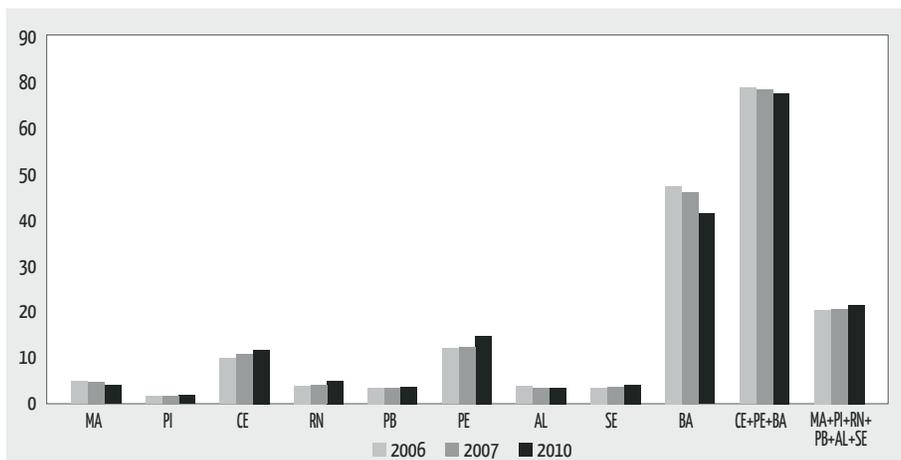
Já em 2014, um seminário de “oportunidades de investimentos” foi realizado em um *resort* na cidade do Conde, no litoral sul da Paraíba, com uma pauta restrita à especulação imobiliária. Foi anunciada neste seminário a presença do governador do estado, o mesmo político que, num “Seminário Estadual de Desenvolvimento Sustentável” realizado nos primeiros momentos do seu governo, em março de 2011, afirmou que o Porto de Suape era um patrimônio do Nordeste a ser aproveitado pela Paraíba (WSCOM, 2013), após descartar a construção de um porto de águas profundas no litoral paraibano, que começara a ser projetado pelo governo que lhe antecedeu. Mesmo assim, está sendo construído pelo governo do estado um distrito industrial no município de Caaporã, fronteira sul com Pernambuco. A principal indústria a ocupar este novo distrito é a de cimento e cerâmica, já há alguns anos instalada na região do litoral sul paraibano, com forte potencial poluente e com um grau de tecnologia agregada sensivelmente inferior ao observado nas indústrias ora em instalação do outro lado da fronteira, no estado de Pernambuco.

Em suma, na ausência de um planejamento regional para o Nordeste nos termos projetados por Celso Furtado quando da criação da Sudene, o desenvolvimento e a industrialização dos estados nordestinos seguem à mercê da guerra fiscal, em favor dos estados mais ricos da região – Pernambuco, Ceará e Bahia. Tal cenário é expresso pelo Gráfico 15 que demonstra que a discreta diminuição, entre 2006 e 2010, da tendência de concentração do PIB industrial nordestino nestes três estados, já que a redução do peso da Bahia na produção industrial nordestina foi compensada por um aumento significativo do PIB industrial de Pernambuco e do Ceará. Com a instalação dos polos industriais de Goiana (PE), e com a melhoria da logística de transporte entre os portos de Suape (PE) e Pecém (CE), com a Ferrovia Nova Transnordestina, esta tendência tende a seguir inalterada nos próximos anos.

No caso da Paraíba, a condição subdesenvolvida se agrava pela incapacidade das suas elites políticas de planejarem o estado para além de interesses paroquiais. Seguem fazendo falta para o estado obras de impacto em infraestrutura e logística, como a modernização do sistema estadual de transportes. Um ramal da Ferrovia Nova Transnordestina, por exemplo, poderia facilitar o

Gráfico 15

Nordeste – Participação relativa dos estados no valor bruto da produção industrial (em %) 2006-2010



Fonte: IBGE apud BNB: 2009; 2010; 2013.

escoamento da produção da fruticultura irrigada no interior do estado para os portos e aeroportos regionais, tornando-se num vetor de desenvolvimento das regiões mais pobres do estado – sobretudo quando se considera que as grandes obras de recursos hídricos em construção pelo governo federal podem estimular a agricultura irrigada.

Nesta primeira década do século XXI, a Paraíba experimentou ainda um cenário de desconcentração da renda, medida pelo Coeficiente de Gini, e também de redução do número de pessoas em situação de pobreza, extrema pobreza e vulnerabilidade à pobreza. Houve melhora significativa do IDHM no estado e dos indicadores básicos de saúde e de educação. Nesta matéria, chama a atenção o *déficit* de vagas nas escolas, mas também a expansão e interiorização da rede federal de ensino técnico e superior na Paraíba, com impactos positivos para o desenvolvimento humano e a ativação da economia em distintas regiões do estado.

Em conclusão, consideramos que o modelo político “lulista” (Singer, 2012; 2013) de opções políticas voltadas ao crescimento da economia através da ativação do mercado interno e para a redução da pobreza teve resultados significativos para a Paraíba, no que se refere à sua economia e à melhoria da qualidade de vida do seu povo. Portanto, também na Paraíba, o balanço da primeira década do século XXI – a década de mudança da realidade social brasileira – é positivo sob o ponto de vista, particularmente, da população

mais pobre. Entretanto, há muito ainda a ser feito para a construção de uma situação de desenvolvimento humano e sustentável compatível com a sociedade democrática que desejamos para o Brasil – e aqui me refiro sobretudo ao PT e à esquerda brasileira –, com a afirmação plena dos direitos da cidadania expressos pela Constituição de 1988. Esta é uma tarefa para seguirmos construindo na próxima década.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AESA. *Atlas do Plano Estadual de Recursos Hídricos da Paraíba*. 2006.

ANEEL. *Banco de Informações de Geração*. Disponível em www.aneel.gov.br/area.cfm?idArea=15. Acesso em 23 abr 2014.

BACELAR, Tânia de Araújo. Desenvolvimento regional brasileiro e políticas públicas federais no governo Lula. In: SADER, Emir (Org.). *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO/Brasil, 2013.

BNB. *Nordeste do Brasil: sinopse estatística 2009*. Fortaleza: 2009.

_____. *Nordeste do Brasil: sinopse estatística 2010*. Fortaleza: 2010.

_____. *Infraestrutura de transportes do Nordeste 2011*. Fortaleza: 2011.

_____. *Turismo na região Nordeste*. Fortaleza: 2012.

_____. *Nordeste do Brasil: sinopse estatística 2013*. Fortaleza: 2013.

BLONDEL, Jean. *As condições da vida política no estado da Paraíba*. João Pessoa: A União, 1994.

BRASIL. *Balanço de 4 anos do PAC: Paraíba*. Brasília, dezembro de 2010.

_____. *8º Balanço do Programa de Aceleração do Crescimento 2 (PAC2): Paraíba*. Brasília, maio-agosto de 2013.

BRITO, Juliana. “João Pessoa terá maior crescimento imobiliário de sua história, diz estudo.” *Jornal da Paraíba*. João Pessoa, 4 de agosto de 2013.

CBTU. *Relatório de gestão. Exercício 2013*. Rio de Janeiro, 2013.

DINIZ, Eli & BOSCHI, Ricardo. *A difícil rota do desenvolvimento*. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Déficit habitacional no Brasil 2010*. Belo Horizonte, 2013.

FURTADO, Celso. *Essencial Celso Furtado*. São Paulo: Penguin, 2013.

IBGE. *Síntese de indicadores sociais*. 2003.

IBGE. *Síntese de indicadores sociais*. 2013.

IDEME. *Anuário Estatístico 2011: Paraíba*. João Pessoa: Ideme, 2011.

_____. *Nota Técnica PIB 2011*. Disponível na internet em www.ideme.pb.gov.br/. Acesso em 25 nov 2013a.

_____. *Características do Emprego Formal – RAIS 2005 a 2011*. Disponível em www.ideme.pb.gov.br/. Acesso em 25 nov 2013b.

MELO, Ademir Alves de. *Paraíba em números 2013*. João Pessoa: UFPB, 2013.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. *Déficit habitacional no Brasil*. 2. ed. Brasília, 2003.

_____. *Déficit habitacional no Brasil 2007*. Brasília, 2009.

_____. *Déficit habitacional no Brasil 2008*. Brasília, 2011.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. *Características do Emprego Formal – RAIS 2012*. Principais Resultados: Paraíba. Brasília, 2013a.

_____. *Características do Emprego Formal – RAIS 2012*. Principais Resultados: Brasil. Brasília, 2013b.

_____. *Características do Emprego Formal – RAIS 2012*. Principais Resultados: Rio Grande do Norte. Brasília, 2013c.

_____. *Características do Emprego Formal – RAIS 2012*. Principais Resultados: Pernambuco. Brasília, 2013d.

_____. *Características do Emprego Formal segundo a Relação Anual de Informações Sociais – 2012*. Brasília, 2013e.

MINISTÉRIO DO TURISMO. *Estatísticas básicas de turismo. Brasil. Ano 2012*. Brasília, junho de 2013.

PARAÍBA. *Constituição Estadual*. 1989.

PBTUR. *Embarques e desembarques nos aeroportos de João Pessoa e Campina Grande*. Mimeo. João Pessoa, abril de 2014a.

_____. *Oferta de Unidades Habitacionais e Leitos da Paraíba*. Mimeo. João Pessoa, abril de 2014b.

PEREIRA, Fúlvio Teixeira de Barros. “Do incentivo ao controle: o debate sobre verticalização na cidade de João Pessoa (1956-1974)”. *Risco: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo* (Online), [S.l.], n. 9, jan. 2009.

POCHMANN, Marcio. *Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2012.

POLARI, Rômulo. *A Paraíba que podemos ser*. João Pessoa: UFPB, 2012.

SINGER, André. *Os sentidos do lulismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. “Quatro notas sobre as classes sociais nos dez anos do lulismo”. In Fundação Perseu Abramo; Fundação Friedrich Ebert. *Classes? Que classes?* São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

VIANA, Fernando. *Infraestrutura Macrologística do Nordeste: caracterização e propostas de intervenções*. Fortaleza, ETENE/BNB, 2011.

WASELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da violência 2013*. Rio de Janeiro: CEBELA/FLACSO, 2013.

WSCOM. “Ricardo afirma estreitamento de relações com o Complexo de Suape (PE).” Disponível em www.wscom.com.br/noticia/paraiba/%22SUAPE+PERTENCE+AO+NORDESTE%22-103516. Acesso em 15 out 2013.

SOBRE O AUTOR

RODRIGO FREIRE DE CARVALHO E SILVA possui graduação em História pela Universidade Federal da Paraíba (1997), mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco (2002) e doutorado em Ciências Sociais - Estudos Comparados das Américas pela Universidade de Brasília (2009), com doutorado-sanduiche junto à Universidad de Chile, em Santiago. Atualmente é Professor Adjunto de Ciência Política no Departamento de Ciências Sociais e Vice-Diretor do CCHLA da Universidade Federal da Paraíba, e líder do Grupo de Pesquisa Partidos Políticos e Eleições. É docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas (PPGDH / UFPB) e docente colaborador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA / UFPB) Foi diretor-presidente da Empresa Paraibana de Turismo - PBTur. É membro da Comissão Municipal da Verdade de João Pessoa - PB. Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfases em: Democracia, Partidos Políticos e Eleições; História da Esquerda; Direitos Humanos, Desenvolvimento e Políticas Públicas.

O livro *Paraíba 2000-2013* foi impresso na Gráfica Santuário para a Fundação Perseu Abramo. A tiragem foi de 500 exemplares. O texto foi composto em Berkeley Oldstyle em corpo 11/13,2. A capa foi impressa em papel Supremo 250g e o miolo em papel Pólen Soft 80g.

ESTUDOS

Estados Brasileiros

Nas primeiras décadas do século XXI, a Paraíba experimentou um cenário de desconcentração da renda, redução do número de pessoas em situação de pobreza, extrema pobreza e vulnerabilidade à pobreza.

Houve melhora significativa do IDHM e dos indicadores básicos de saúde e de educação.

O balanço é positivo, particularmente, sob o ponto de vista, da população mais pobre. Entretanto, há muito a ser feito para a construção de uma situação de desenvolvimento humano e sustentável compatível com a sociedade democrática que, nós do PT, desejamos para o Brasil.



FUNDAÇÃO

Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

ISBN 978-85-7643-259-3



9 788576 432593